

MEDITATIO

REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS

ISSN: 2359-3318



Uniguaçu

Centro Universitário

1º SEMESTRE DE 2021. ANO 8, VOLUME 1.

MEDITATIO

Revista de Ciências Sociais e Aplicadas

URL: <http://book.uniguacu.edu.br/index.php/Meditatio>

EXPEDIENTE

CENTRO UNIVERSITÁRIO VALE DO IGUAÇU – UNIGUAÇU

Rua Padre Saporiti, 717 – Bairro Rio D'Areia
União da Vitória – Paraná
CEP. 84.600-000
Tel.: (42) 3522 6192

CATALOGAÇÃO

ISSN: 2359-3377

LATINDEX

Folio: 25163

Folio Único: 22168

CAPA

Prof. Vilson Rodrigo Diesel Rucinski

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DA REVISTA

Editor-chefe:

Prof. Dr. João Vitor Passuello Smaniotto (UNIGUAÇU)

Coeditor:

Prof. Ms. Vilson Rodrigo Diesel Rucinski (UNIGUAÇU)

Conselho Editorial:

Prof. Me. Cainã Domit Vieira (UNIGUAÇU)

Prof. Dra. Marilucia Flenik (UNIGUAÇU)

Prof. Me. Jonas Elias de Oliveira (UNIGUAÇU)

Prof. Me. Hilton Tomal (UNIGUAÇU)

Prof. Dra. Tatiani Maria Garcia de Almeida (UCP)

Prof. Me. Fabiano da Silva Yoiti Kanadani (UNIVALE)

Centro Universitário

SUMÁRIO

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE.....	4
ANÁLISE DAS PRETENSÕES DE ATIVIDADES PRODUTIVAS PÓS-ENSINO MÉDIO DE ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DE IRINEÓPOLIS	17
CIDADANIA SUBORDINADA: ASSÉDIO POLÍTICO NO AMBIENTE DE TRABALHO	42
RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: SECULARIZAÇÃO, ATEISMO E FUNDAMENTALISMO	55
VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIZAÇÃO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR	72

Uniguacu

Centro Universitário

A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A SEXUALIDADE NA FORMAÇÃO DOCENTE

Fábio Kravec Gonçalves¹
f.kravec@yahoo.com.br

Edilene Hatschbach Graupmann²
edihgrau@yahoo.com.br

RESUMO: A presente pesquisa busca compreender a necessidade dos estudos sobre a sexualidade humana na formação docente, visto que a Educação como processo formativo busca o desenvolvimento integral do sujeito (físico, social, intelectual, emocional e simbólico) e neste contexto a sexualidade não pode ser negligenciada na prática de estudos e ensino. Partindo da busca bibliográfica para realização do trabalho, evidenciou-se que a sexualidade é um conceito amplo sobre processos humanos no decorrer da história e tem um conjunto de significados a partir de construções sociais, envolvendo diversas ramificações e objetos de estudo, citando gênero, identidade, sexo, desenvolvimento biológico, sujeito e até questões relacionadas ao poder. Alguns autores são importantes nos estudos sobre a sexualidade, como Foucault, que escreve sobre o homem ser reconhecido como sujeito a partir de sua sexualidade e Freud, que estudou teorias sobre o desenvolvimento infantil e sexualidade, apresentando como as vivências sexuais estão presentes desde o início da vida até o seu fim. Há muitos outros pesquisadores na área, que vinculam o tema à Educação e este é o foco principal da pesquisa. A escola tem uma linguagem plural e um dos pontos necessários para que os professores estejam preparados para trabalhar com assuntos relacionados à sexualidade na instituição é deixar pré-conceitos e estar aberto para as dúvidas de alunos e pronto para mediar discussões formativas. Na graduação, é necessário ter uma base sobre o desenvolvimento humano e entender as questões da sexualidade, visando a preparação da práxis que leve ao conhecimento amplo dos alunos, isto desde a Educação Infantil, passando pelos anos iniciais e até a adolescência e o período da puberdade, que tem características fortes de desenvolvimento sexual. Para completar a pesquisa, um questionário foi enviado para graduados em diversas licenciaturas para que respondessem a respeito dos estudos da sexualidade na formação docente. Portanto, percebe-se necessária a formação dos professores para a temática abordada.

Palavras-chave: Sexualidade. Educação. Sexualidade e Educação. Formação Docente.

1. INTRODUÇÃO

Pensar na sexualidade como integrada ao desenvolvimento humano é entender que ela não pode ser negligenciada no processo formativo do sujeito. Para muitos pesquisadores, ela é o ponto central da vida humana e apresenta-se de maneira visível e não-visível nas atitudes e atividades na vida.

Entende-se que a sexualidade é um conjunto de significados construídos da parte biológica, psíquica e de relações sociais, envolvendo diversas ramificações e objetos de estudo, citando gênero, identidade, sexo, desenvolvimento biológico, sujeito e até questões relacionada ao poder.

Tendo um amplo significado, resulta em muitos estudos e na necessidade destes para melhor compreensão do tema, sendo um deles sobre a importância do conhecimento docente a respeito da sexualidade e a Educação.

A formação inicial do profissional docente, que deve ser ampla e englobe diversos temas, também deve incluir estudos sobre sexualidade. O objetivo é que o trabalho realizado na atuação do professor vá de encontro à boas práticas e leve conhecimento sobre diversos temas e consiga responder aos estudantes dúvidas que possam surgir no processo do aprender.

Sobre sexualidade, as dúvidas se expressam em perguntas, discussões e momentos de formação e também em situações cotidianas que levantem (e precisem) de conhecimentos sobre a temática.

Assim, a pesquisa aqui apresentada descreve a importância dos estudos sobre a sexualidade na formação docente. Primeiramente ela será contextualizada de maneira sucinta junto com dois outros tópicos necessários: o que é o gênero na sexualidade e novos estudos e diversidade da sexualidade.

Como parte de pesquisa de campo, será realizado uma entrevista com profissionais graduados em diversas licenciaturas a fim de perceber as perspectivas destes para com o tema estudado.

2. CONTEXTUALIZANDO A SEXUALIDADE E ALGUNS TEMAS RELACIONADOS

Organizar uma estrutura formativa do ser humano é buscar características biológicas, psicológicas, simbólicas, sociais e culturais que se mesclam na construção do sujeito de maneiras diferentes para cada pessoa. Nesta formação que possui subjetividades, mas sempre é completa, um dos pontos essenciais para compreensão é o da sexualidade.

Vale ressaltar inicialmente que esta pesquisa não tem o objetivo de falar diretamente sobre sexualidade e tudo que a envolve, pois este tema é complexo e precisa de uma pesquisa específica para que seja explanado de maneira completa. Desta maneira, contextualizaremos brevemente sobre o que está sendo apresentado para que possamos ir ao ponto principal que são os estudos na formação docente.

A Organização Mundial da Saúde (OMS) conceitua a sexualidade como

um aspecto central do ser humano ao longo da vida; ela engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. (OMS, 2020, p.15)

Segundo a OMS, a sexualidade é o ponto central do ser humano e se expressa por diversos meios, visíveis e/ou não visíveis, mas que afetam a maneira como as pessoas vivem. “O conceito de *sexualidade* é muito amplo e compreende uma análise da vida psíquica e social do sujeito” (RAFART, 2020, p.21)

São vários os autores que podem ser utilizados para análise do que é sexualidade. Michel Foucault é um autor importante para ser citado, pois “O filósofo francês Michel Foucault (1984) produziu uma obra em três volumes intitulada História da Sexualidade, entre 1976 e 1984.” (CÉSAR, 2009, p.43). Com as obras começa a colocar a sexualidade como parte importante da identidade das pessoas. As três obras são organizadas e publicadas da seguinte maneira:

em 1975, Foucault publica [...] o primeiro volume da História da sexualidade, com o subtítulo A vontade de saber. O segundo volume, com o subtítulo O uso dos prazeres, e o terceiro, intitulado O Cuidado de Si, são publicados em 1984. O filósofo pretendia dar continuidade à trilogia da história da sexualidade no Ocidente, mas a sua morte em junho de 1984 inviabilizou a concretização do projeto. (CARVALHO; OLIVEIRA, 2017, p.101)

Como objeto histórico de pesquisa, é necessário colocar que a sexualidade tem grande relação com questões de poder, não diferente de hoje. Desta maneira, Foucault em seus estudos colocou que “Na sociedade burguesa, a relação entre sexo e poder se constitui como um modo de repressão. O poder reprime condutas associadas à sexualidade que são consideradas irregulares, ilegítimas.” (CARVALHO; OLIVEIRA; 2017, p. 102)

Esta repressão descrita acontece em relação ao gênero (descrito no próximo tópico da pesquisa) e às vivências sexuais das pessoas.

Também não se faz possível descrever sobre sexualidade e não citar Freud. Ele, nas sua(s) teses sobre o inconsciente e questões de desenvolvimento sexual, “Re-significa a sexualidade, afastando-a da genitalidade, e aproximando-a de algo mais amplo como sendo qualquer forma de gratificação ou busca de prazer [...]” (QUINET *apud* REBOUÇAS, 2002, p.1)

Freud também descreve que desde criança as pessoas expressam sexualidade por atitudes e atividades e muitas vezes algumas vivências (e não vivencias) destas resultam no sujeito adulto e na formação de sua personalidade.

Como parte integrante do sujeito e não dissociável da estrutura humana, a sexualidade inicia antes mesmo do surgimento da vida de uma pessoa, pela espera e construção social que se espera de alguém. Silva (2010, p.17) descreve que:

antes mesmo de nascermos, a sexualidade já está presente. Ela se inicia no exercício da maternidade, aliás muito antes, quando surge o desejo de ter um filho, quando o embrião foi fecundado numa relação sexual, em que supomos que um casal experimentou o prazer. A partir do momento em que se descobrem que estão esperando um bebê, inicia-se, no imaginário materno e paterno, a constituição desse sujeito.

Nas expectativas impostas sobre a nova vida, uma outra área de estudos da sexualidade surge para discussões. É a questão do gênero, que tem um valor além do biológico e que é muitas vezes baseado em questões de construção e cultura social em que se nasce.

2.1 Breves descritos sobre gênero

Como visto, a sexualidade inicia antes mesmo do nascimento de uma pessoa. Assim, a espera pela geração do novo bebê muitas vezes liga-se com a característica do gênero que a pessoa terá e criam-se expectativas a partir da sua formação biológica e interligado com o que se espera do mesmo socialmente. “[...] As marcas culturais da construção social da sexualidade, na montagem da identidade de gênero, já começam a ser impressas desde aí, no lugar a ser destinado ao futuro bebê.” (SILVA, 2010, p.18)

Ou seja, falar de gênero é organizar sujeitos em características culturalmente construídas e que terão resultado na atitude de sua sexualidade. O homem e a mulher terão caminhos e papéis distintos a seguir:

Logo, se uma mulher é assim denominada em virtude de seus atributos biológicos e segundo a lógica que determina a esse gênero alguns papéis, provavelmente ela carregará desde o nascimento expectativas para que se cumpra esses papéis. (RAFART, 2020, p.26)

Completa-se a citação com a escrita de Bortolini (2011, p.29) “Assim, falar sobre gênero não significa falar "de mulher", mas questionar as maneiras como socialmente construímos as categorias "mulher" e "homem".”

E esta questão do gênero imposto à sexualidade a partir de questões biológicas é algo que tem grande marca nas questões sociais atuais, visto que “[...] a sociedade, via de regra, trabalha para que todas as pessoas tenham apenas uma identidade de gênero, determinada pelo sexo, e que essa seja pura e tida como normal e natural.” (COLLING, 2018, p.32)”

Posto a citação que remete a questões de “uma identidade de gênero”, compreende-se que estudos e discussões recentes trazem o reconhecimento de sujeitos com perspectivas distintas de seus corpos, além do pautado socialmente e descrito.

Segundo a Comissão de Direitos Humanos de Nova York, existem 31 identidades de gênero, entre elas estão: Agênero, andrógino, gênero de fronteira, gênero fluido, gênero neutro, gender-queer, gênero em dúvida, gênero variante, hijra, gênero não conformista, butch, bigênero, não-binário, male to female (MTF), female to male (FTM), terceiro sexo, nenhum, homem, mulher. (UFMG, p.1)

Entendendo que todas as pessoas são diferentes e tem suas características, há sim uma diversidade de gêneros e vivências da sexualidade. Desta maneira, “[...] se assumirmos o gênero como categoria de análise das ciências humanas será possível formular novas epistemologias da sexualidade na escola.” (CÉSAR, 2009, p.48)

2.2 Diversidade dos temas sobre a sexualidade

Como já descrito nos tópicos anteriores desta pesquisa, entende-se a sexualidade como parte inseparável das características das pessoas, sendo, muitas vezes, ponto principal para atividades, atitudes, identidade e demais vivências que os sujeitos possam ter.

Também, foi colocado a respeito da questão do gênero e suas identidades dispostos em duas perspectivas: a social, que tenta apresentar apenas gênero classificado a partir da questão biológica, e a de pesquisa nas ciências humanas, que apresenta uma diversidade de identidades de gênero.

Para completar a pesquisa, descreve-se um pouco sobre a sigla LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais, transgêneros, queers, intersex, agêneros, assexuados e mais). Ela representa a diversidade de questões relacionadas à sexualidade e gênero.

Cada sigla traz consigo uma homossexualidade que a representa e diferencia das outras. É importante perceber a existência de peculiaridades nos indivíduos. A identidade que a comunidade LGBTQIA+ carrega consigo coexiste com a identidade de cada uma das siglas, não se sobressaindo nem se escondendo, mas simplesmente se completando. (BORTOLETTO, 2019, p.11)

Apresenta-se assim uma grande diversidade de temas que envolvem sexualidade e suas ramificações, sendo colocado neste artigo apenas de maneira sucinta para contextualização e para que fosse possível observar que, se há diversidade e muitas questões para a análise a partir da presença e influência destes nos sujeitos, encontra-se na escola uma pluralidade de vivências e objetos de momentos formativos.

3. SEXUALIDADE E EDUCAÇÃO

A pluralidade de sujeitos que fazem parte do processo educativo leva à necessidade de compreensão das diferenças, particularidades e vivências deles, isto partindo da realidade diversa dos alunos e também dos profissionais da Educação presente nas instituições.

Pesquisas realizadas com professoras/es e alunas/os vêm demonstrando a necessidade de uma formação específica tendo em vista a diversidade sexual presente no universo escolar. Alunas/os e professoras/es gays, lésbicas, bissexuais e transexuais compõem a diversidade contemporânea da instituição escolar; entretanto, para esta instituição que nasceu disciplinar e normatizadora, a diferença, ou tudo aquilo que está fora da norma, em especial, a norma sexual, mostra ser insuportável por transbordar os limites do conhecido. (CÉSAR, 2009, p. 48)

A escola tem uma linguagem plural e um dos pontos necessários para que os professores estejam preparados para trabalhar com assuntos relacionados à sexualidade na instituição é deixar pré-conceitos e estar aberto para as dúvidas de alunos e pronto para mediar discussões formativas. Nesta perspectiva, coloca-se que “A escola é espaço de formação humana, de humanização, pela

transmissão/apropriação de conhecimentos científicos, filosóficos e artísticos, possibilitando a compreensão e a transformação da realidade.” (CAMPOS, 2015, p.1)

A preparação frente à diversidade começa na formação docente inicial e se fortifica na formação continuada, pois à medida que a sociedade se transforma resultantes desta transformação se apresentam nas instituições de ensino.

E os professores devem estar preparados para todas as situações que precisem de conhecimentos sobre a sexualidade no ambiente educativo, deixando, muitas vezes, de pré-conceitos para estar pronto para que momentos específicos e oportunidades de reformulação de conhecimentos sejam bem aproveitados de maneira pedagógica.

A sexualidade no espaço escolar não se inscreve apenas em portas de banheiros, muros e paredes. Ela “invade” a escola por meio das atitudes dos alunos em sala de aula e da convivência social entre eles. Por vezes a escola realiza o pedido, impossível de ser atendido, de que os alunos deixem sua sexualidade fora dela. Há também a presença clara da sexualidade dos adultos que atuam na escola. Pode-se notar, por exemplo, a grande inquietação e curiosidade que a gravidez de uma professora desperta nos alunos menores. Os adolescentes testam, questionam e tomam como referência a percepção que têm da sexualidade de seus professores, por vezes desenvolvendo fantasias, em busca de seus próprios parâmetros. Todas essas questões são expressas pelos alunos na escola. Cabe a ela desenvolver ação crítica, reflexiva e educativa. (BRASIL, 1997, p.292)

Desta maneira, cabe à formação de professores pensar na sexualidade como presente na escola e há a necessidade da formação que coloque este tema como importante para que o profissional que atua na Educação consiga entender e levar conhecimento quando preciso.

4. A IMPORTÂNCIA DOS ESTUDOS SOBRE A SEXUALIDADE PARA GRADUADOS EM LICENCIATURAS

Com o objetivo de identificar a necessidade e importância dos estudos sobre a sexualidade na formação docente, foi criado um questionário e entregue para alguns professores formados em diferentes licenciaturas, estes também com diferentes graus de estudos.

Ao todo, 20 professores colaboraram para a pesquisa e estes atuam em instituições de ensino distintas. Para a contribuição necessária, os profissionais

tiveram que responder perguntas simples, mas que iam de encontro a pesquisa que está sendo realizada.

Primeiramente é preciso apresentar a diversidade de formações dos professores que responderam à pesquisa, pois foram várias as áreas de conhecimento, como disposto no gráfico a seguir.

Em qual curso de licenciatura você se formou?

20 respostas

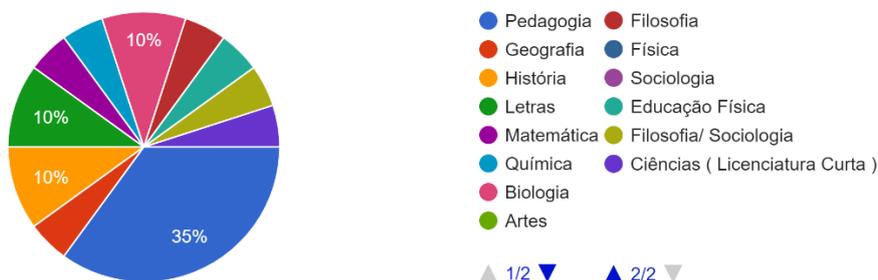


Gráfico sobre a diversidade de formações dos docentes que responderam à pesquisa.
Fonte: autores

Licenciados em Pedagogia foram os que mais participaram da pesquisa, mas vários profissionais de outras licenciaturas contribuíram neste estudo, trazendo assim resultados com base em várias áreas de formação e com diferentes olhares sobre o tema.

A segunda questão apresentada aos entrevistados foi a de grau de escolaridade, partindo de formação técnica docente até o Doutorado.

Qual sua escolaridade?

20 respostas

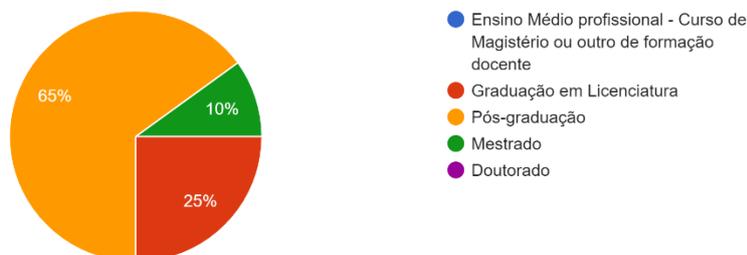


Gráfico sobre a escolaridade dos entrevistados.
Fonte: autores

Nota-se no gráfico que a maioria dos entrevistados tem pós-graduação *latu-sensu*, mas também, participantes da pesquisa se apresentam com mestrado e outros com apenas a graduação na área que lecionam. Não houve participação de doutores e de professores de nível técnico.

Uma das questões mais importantes apresentadas no questionário entregue aos professores é em relação aos estudos sobre a sexualidade nas suas formações docentes.

Na sua graduação você estudou sobre sexualidade?
20 respostas

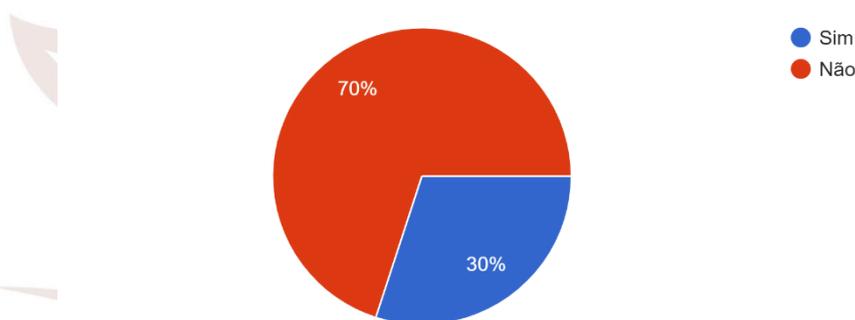


Gráfico com a porcentagem de profissionais da Educação que estudaram sobre a sexualidade na graduação. Fonte: autores

Apenas seis entrevistados estudaram sobre a sexualidade na formação docente na graduação, sendo este número menos de 50% dos entrevistados.

A última pergunta do questionário (e mais importante para esta pesquisa) foi: para você, qual a importância dos estudos sobre a sexualidade na formação docente?

Foram várias as respostas. Algumas descritas de maneira mais simples e outras com mais informações e opiniões, bem como algumas respostas trouxeram histórias que aconteceram no âmbito de instituições escolares. Um dos entrevistados escreveu que “É fundamental, pois o professor deve estar preparado para lidar com as questões quando ocorrer em sala de aula ou em local no qual esteja presente, a opinião e o posicionamento do docente são de grande valia para os alunos”, que pode ser completado com outra resposta: “Desmistificar o assunto e saber abordar em sala de aula.”

Um dos profissionais da Educação respondeu com um exemplo de história e vivência na escola:

Acho de extrema importância, tendo em vista que esse é um assunto que deve ser abordado desde cedo, e ninguém melhor para ensinar sobre isso, do que um professor bem capacitado. Principalmente porque cada vez mais pessoas estão se assumindo gays (por exemplo) depois de já terem sido casadas e terem filhos, como é um caso que aconteceu recentemente na minha cidade, onde o filho da pessoa está sofrendo preconceito na escola e na roda de "amiguinhos", não pela escolha dos pais, e sim por conta de outros pais que acabam não ensinando, principalmente a respeitar todas pessoas, independente de qualquer coisa, ou pior, usam palavras desrespeitosas em casa quando se referem a esses assuntos, aí a criança/adolescente já não trás consigo uma base e na escola também não encontra. Peço desculpa se o modo como me expressei foi errôneo, não tenho muita familiaridade com alguns termos atualmente utilizados, então por mais esse motivo, é importantíssimo esse assunto ser inserido nos centros de ensino, para que além de sabermos respeitar saibamos também nos comunicar da forma correta, sem que ninguém se ofenda com alguma coisa que falemos, mesmo sem ter a intenção de ofender.

Outra resposta interessante e bem elaborada apresentada na pesquisa foi a seguinte:

A partir do momento que precisamos falar por que determinada coisa é importante, ou ter que justificar determinadas coisas é sinal que ela não é vista como importante. Creio que com a sexualidade não é diferente, mesmo sendo fundamental abordarmos sobre a sexualidade em todos os momentos formativos, pois quando estamos falando de sexualidade, estamos falando de valores, comportamentos, relações e identidades que são construídas e reformuladas constantemente. A sexualidade não é, e não se dá em um único determinado período da nossa vida. Neste sentido, além da sexualidade nos possibilitar o contato com o outro e as experiências individuais e coletivas, é também determinante na vivência política do sujeito em sociedade.

Em questões relacionadas à formação e capacitação para estar pronto frente a dúvidas e questões relacionadas à sexualidade na escola, três respostas são colocadas como interessantes, separadas por a, b e c. a) Para capacitar os profissionais que virem atuar com crianças e adolescentes. B) Como trabalhamos com adolescentes, é relevante o estudo, pra que possamos entender e saber como lidar com os mesmos na sala de aula. C) Auxilia a professor a debater o assunto com os alunos e orientá-los, em termos de saúde.

Para finalizar o campo das respostas dos professores, coloca-se uma citação que remete ao conhecimento contra a ignorância, entendendo que quanto mais as pessoas sabem do assunto, conseguem fazer das situações momentos de aprendizagem e emancipação, que leva a escola para todas as pessoas, como direito.

“Conhecimento liberta da ignorância, do preconceito, da manipulação. Por esse motivo que, estudar a sexualidade é importante, desenvolver na sociedade equidade através do conhecimento promovendo justiça social.”

5. CONCLUSÃO

Com a pesquisa apresentada nota-se que há uma diversidade de temas relacionados a sexualidade e que todos se encontram no ambiente escolar, que é integrado a partir de uma pluralidade de sujeitos, vivências, dúvidas e diversidade.

Os professores e toda a equipe escolar poderiam estar preparados através de sua graduação, para receber a diversidade e além disso ter conhecimento sobre diversos assuntos sobre o tema para que, em situações necessárias e momentos oportunos, consigam fazer da discussão sobre a sexualidade um momento de aprendizagem e que deixe de lado ignorância, desrespeito e que deixe espaço para entender que as pessoas são plurais e cada uma tem suas características.

Sobre sexualidade entende-se que é inseparável do ser humano e muitas vezes, como descrito por diversos autores, é o ponto principal de atitudes, atividades, pensamentos, escolhas e maneira de viver. O gênero faz parte das ramificações sobre a sexualidade, sendo algo socialmente e culturalmente construído, que deve ser repensado para a diversidade de identidades encontradas na sociedade. Também foi colocado a respeito da sigla LGBTQIA+, que envolve muitas questões sobre sexualidade.

A pesquisa completou-se na entrevista com professores de diversas licenciaturas que atuam em diferentes escolas e níveis de ensino, no qual apresentam a necessidade de estudos sobre a sexualidade nas suas formações, mesmo alguns não tendo este contato na sua graduação.

6. REFERÊNCIAS

BORTOLETTO, Guilherme Engelman. **LGBTQIA+: identidade e alteridade na comunidade**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2019.

BRASIL. **Orientação Sexual**. Parâmetros Curriculares Nacionais. Brasil: Ministério da Educação, 1997. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf> Acesso em 19 jun. 2021

CAMPOS, Luciana Maria Lunardi. **Gênero e Diversidade sexual na Escola: A urgência da reconstrução de sentidos e de prática**. Bauru, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/Vjj5V3T3BmGDW4zYHpk99xb/?lang=pt> Acesso em 19 jun. 2021.

CARVALHO, Guilherme Paiva de. OLIVEIRA, Aryanne Sérgia Queiroz de. Discurso, Poder E Sexualidade Em Foucault. **Revista Dialectus**. Ano 4. N.11. UFC: Ceará, 2017. Disponível em: <http://periodicos.ufc.br/dialectus/article/view/31003/71627> Acesso em 15 jun. 2021

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Gênero, sexualidade e educação: notas para uma “Epistemologia”. **Revista Educar**. N. 35. Curitiba: UFPR, 2009.

COLLING, Leandro. **Gênero e sexualidade na atualidade**. Salvador: UFBA, 2018.

OMS, Organização Mundial da Saúde. **Saúde sexual, direitos humanos e a lei**. Porto Alegre: UFRGS, 2020

RAFART, Maria. **Sexualidade Humana**. Curitiba: InterSaberes, 2020.—

REBOUÇAS, Mônica. Sobre a sexualidade em Freud. **Cogito**. vol. 4 Salvador: Círculo Psicanalítico, 2002. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-94792002000100004#104 acesso em 15 jun. 2021

SILVA, Maria Cecília Pereira da. Org. **Sexualidade começa na infância**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2010

UFMG. Troque o preconceito por informação: saiba mais sobre sexualidades.

Minas Gerais: UFMG. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/sexualidades/> acesso em 15 jun. 2021



ANÁLISE DAS PRETENSÕES DE ATIVIDADES PRODUTIVAS PÓS-ENSINO MÉDIO DE ALUNOS DO 3º ANO DO ENSINO MÉDIO DE IRINEÓPOLIS

Renan Reisdörfer Schorr¹ (Uniguaçu)
renanreisschorr@hotmail.com
Ivanildo Sachinski² (UNESPAR)
sachinski_edua@hotmail.com

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo investigar quais são as pretensões dos alunos após concluírem o 3º ano do ensino médio da cidade de Irineópolis. Participaram da pesquisa 69 alunos da cidade de Irineópolis/SC, matriculados nos três turnos de ensino, em Escola Pública Estadual, na terceira série do Ensino Médio, durante o quarto bimestre letivo de 2015. Mais da metade (52,2%) dos alunos entrevistados demonstraram o interesse de ingressar diretamente no ensino superior. A alternativa de ingressar no mercado de trabalho se mostra muito frequente (14,5%) entre os alunos. A opção ingressar no ensino profissionalizante foi escolhida em 11,6% das vezes. O grande interesse em ingressar ao ensino superior, mostra que a cidade de Irineópolis possui um ambiente favorável ao aprimoramento pessoal.

PALAVRAS CHAVES: Perspectiva de vida. Ensino Médio. Ensino Superior. Pós ensino médio.

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, com a constante globalização da economia a rápida evolução da tecnologia e reestruturação nos métodos produtivos, o padrão de qualificação de mão-de-obra exigida pelo mercado de trabalho tem aumentado significativamente. Cada vez mais se exige uma força de trabalho flexível, com múltiplas habilidades, capaz de mudar e de se adaptar a novos empregos e ambientes de trabalho. Neste contexto, cada vez mais é necessário buscar aperfeiçoamento pessoal, para sempre estar preparado a crescente demanda por habilidades que possam ser aplicadas a uma variedade de campos de trabalho e enfrentar qualquer ambiente proporcionado pelo mundo do trabalho (CARDOSO 2006; ZULAUF, 2006).

A melhor maneira de preparar-se para enfrentar este tipo de cenário é optar pela formação em nível superior. Este nível de formação tem vários objetivos

¹ Autor: Graduado em Licenciatura Plena em Química pela UNESPAR campus União da Vitória, mestre em química orgânica pela UFPR.

² Professor orientador, Mestre em Educação pela UFSC, professor do Colegiado de Pedagogia da UNESPAR – FAFI, professor do quadro próprio do magistério do Estado do Paraná – Ensino Fundamental e Médio.

específicos, dentre eles, desenvolver habilidades de comunicação, habilidades matemáticas, capacidade de solucionar problemas, capacidade intelectual de avaliação crítica e de transferência da teoria à prática, habilidades de gerência: de si mesmo, do outro, da informação e das tarefas. Bem como, desenvolver no indivíduo, autopromoção, o saber aproveitar e criar oportunidades, planejar ações, saber trabalhar em rede, habilidades de conciliação, de tomada de decisão, de negociação, habilidades de transferir conhecimentos adquiridos para diversas situações (ZULAUF, 2006).

O indivíduo que conclui um curso em nível superior aumenta expressivamente as suas chances de empregabilidade. Essa afirmação é evidenciada em estudos anuais, realizado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) que publica o relatório *Education at a Glance*, no qual analisa, em 2009, diversos indicadores socioeconômicos ligados à educação em cada um dos países membros e em alguns outros países parceiros, incluindo o Brasil. Afirmando em suas conclusões que, além de aumentar a taxa de empregabilidade, o ensino superior funciona como um seguro contra o desemprego nos momentos de desaceleração da economia. Para o Brasil, a taxa de desemprego apontada pelo estudo para os concluintes do ensino superior é de 3% e, para os não concluintes, de 7%, sugerindo que o desemprego entre os não concluintes é duas vezes maior do que entre os concluintes. No que diz respeito a rendimentos, o estudo permite afirmar que de forma geral, entre todos os países da OCDE, a formação superior faz com que os rendimentos dos indivíduos dobrem, em relação a pessoas que terminaram somente o ensino secundário. No Brasil, no entanto, essa relação é de cerca de quase cinco vezes para homens e quase seis vezes para mulheres (GRACIOSO, 2010).

Não só o indivíduo tem a ganhar com o ensino superior, a economia do local e até de um país também tem muito a ganhar com investimentos em educação superior. A qualidade da mão-de-obra obtida através da formação escolar e profissional potencializa a capacidade de trabalho e de produção. Quando um governo investe em educação há um grande desenvolvimento socioeconômico para o país, pois influencia a capacidade produtiva, a empregabilidade, o acesso a renda, a expectativa de vida, a diminuição da marginalidade, a qualidade de vida e a redução da pobreza. Desta forma a educação superior não é vista apenas como disseminadora de conhecimento, mas também como um importante agente de crescimento econômico. Assim o

conhecimento e a formação de trabalho qualificado podem determinar a posição de uma nação na economia global (CARDOSO 2006).

Dentro do contexto exposto, pode-se entender a relevância de se investigar a pretensão, dos alunos concluintes do ciclo básico de educação brasileiro, de ingressar no ensino superior. Assim como, buscar o entendimento dos fatores que possam estar influenciando a decisão dos jovens. Pois um concluinte deste nível de escolaridade, não apenas desenvolve em muito suas habilidades pessoais e interpessoais capazes de fazê-lo adaptar-se a qualquer ambiente de trabalho, mas também tem muito a oferecer para sua região e até para o seu país, contribuindo para seu desenvolvimento socioeconômico.

Para tanto, esta pesquisa tem como objetivo, investigar as pretensões dos alunos do último ano do ensino médio da cidade de Irineópolis, quanto ao seu interesse em ingressar no ensino superior. Bem como, identificar quais são os principais fatores que influenciam as suas decisões.

Para melhor entender o cenário no qual os alunos do 3º ano do ensino médio de uma escola estadual de Santa Catarina, então inseridos, o referencial teórico traz, historicamente como o ensino básico nacional, foi concebido, também qual é a concepção atual de ensino, adotada pelo país. Bem como, em Santa Catarina como se deu esta construção e sua atual concepção e modalidades de ensino médio, além de dados, que mostram como está avançando o processo de universalização do ensino médio, tanto nacional quanto estadual. O referencial teórico traz também, um levantamento de quais instituições públicas e privadas estão instaladas no estado de Santa Catarina, as quais compõem o leque de opção que os estudantes possuem como alternativa para buscarem o ensino superior.

Na sessão Resultados e Discussão, estão expressos os dados obtidos, através de um questionário e algumas conjecturas, propostas a partir da observação dos dados e determinadas combinações dos mesmos, para de alguma maneira ajudar a entender de que modo estão alinhadas a pretensões dos sujeitos envolvidos na pesquisa. Por fim, são expressadas as conclusões que a observação da pesquisa como um todo foi capaz de proporcionar e as perspectivas que podem ser extraídas deste trabalho.

2. DO CENÁRIO HISTÓRICO AO QUADRO ATUAL

O aceleramento da industrialização e urbanização nacional, nas primeiras décadas do século XX, provocou a chamada modernização da sociedade brasileira, trazendo com ela a demanda por formação escolar para todas as classes sociais. O aumento das áreas urbanas tornou necessário o estabelecimento de comportamentos sociais mínimos a população, e para a expansão industrial, mão-de-obra qualificada. Estas implicações, mobilizaram as elites intelectuais e dirigentes políticos a reivindicar por uma reforma e expansão do sistema educacional brasileiro (NASCIMENTO, 2007).

O contexto instaurado no final da década de 1920 e início da década de 1930, foi de luta ideológica sobre a maneira de condução do governo. No setor educacional surgiram educadores que lutavam pela renovação da educação, conseguindo firmar os pilares da educação pública, laica, gratuita e obrigatória (NASCIMENTO, 2007). Vários decretos foram instituídos com a finalidade de reformar o ensino superior, o ensino secundário e o ensino comercial, pelo ministro do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, Francisco Campos no ano de 1931 (DALLABRIDA, 2009; ROTHEN, 2008; NASCIMENTO, 2007; PINTO, 2004)

A reforma Francisco Campos³ organizou o ensino em duas etapas: fundamentais (5 anos) e complementar (2 anos). Tornou a frequência obrigatória, e também a obrigatoriedade de os cursar como requisito de ingresso no ensino superior. Apesar destes aspectos positivos, o caráter enciclopédico de seus programas e os níveis de exigências para a aprovação tornou o ensino secundário uma educação para a elite (NASCIMENTO, 2007; PINTO, 2004).

O ensino secundário apresentava duas finalidades: o ensino profissional era para atender os menos favorecidos, ou seja, para o “povo”, as escolas secundárias,

³ Francisco Luís da Silva Campos nasceu em Dores do Indaiá, MG, em novembro de 1891 e faleceu em Belo Horizonte, MG, em 1968. Descendente de famílias tradicionais de Minas, cujos poder político tem suas raízes no Brasil Império. Ocupou inúmeros cargos políticos, tais como: Deputado Estadual em 1917; Deputado Federal em 1921; Secretário da Educação de Minas Gerais, em 1927; Secretário do Interior de Minas Gerais, em 1930; Ministro da Educação e da Saúde, em 1931; Consultor-Geral da República; Ministro Interino da Justiça, em 1932; Secretário de Educação da Prefeitura do então Distrito Federal, em 1936. Enquanto Ministro da Justiça, de 1937 a 1942, presidiu a vasta reforma do sistema legal brasileiro, de onde emerge “o impulso para a elaboração de novos códigos, tais como o Código Penal, o de Processo Civil e o de Processo Penal.” Ele foi o cérebro jurídico do Estado Novo, exercendo vários cargos, desde sua fundação, em 1937, até 1942 (BONAVIDES, 1979).

devido ao seu sistema rígido de avaliação tornava o ensino acessível somente a “elite” (NASCIMENTO, 2007; PINTO, 2004).

Em 1942, ainda no governo de Vargas, criaram-se regras de estruturação de alguns ramos do ensino, chamadas de Leis Orgânicas do Ensino, organizando o ensino em: primário, secundário e ensino técnico-profissional. Esta reforma consolidou o caráter dualístico do ensino, onde a “elite” cursa o ensino secundário público e as classes populares o ensino profissionalizante. Os egressos do curso profissionalizante não tinham acesso ao curso superior, somente os egressos do ensino secundário podiam ingressar no ensino superior. Estas mesmas leis criam o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), passando a responsabilidade de formação de mão-de-obra do governo para o setor privado (NASCIMENTO, 2007).

A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, aprovada em 1961, foi criada com a quarta Constituição da República. Entre suas principais definições estruturou o ensino médio em: ginásial com duração de quatro anos e colegial de três anos. Pela primeira vez o ensino profissionalizante foi integrado ao sistema regular de ensino, porém o dualismo estrutural ainda permaneceu, visto que haviam ramos distintos para clientela distintas (PINTO, 2004).

Durante o período do governo militar os principais objetivos se fundavam numa política educacional com uma visão utilitarista, unindo diretamente o sistema educacional e operacional. Assim, a educação passava a ter a principal função de habilitar ou qualificar para o mercado de trabalho (NASCIMENTO, 2007).

Com a lei nº 5692/71, o ensino passou a ser organizado como de 1º e 2º graus, sendo que, o segundo grau passou a ser obrigatoriamente profissionalizante, apresentando claramente a pretensão de formar alunos nas escolas e estes estivessem prontos para ingressarem diretamente no mercado de trabalho. Apesar da generalização do ensino profissionalizante e da tentativa de atingir a todos, a reforma do segundo grau não alcançou os resultados esperados, devido à falta de recursos humanos e materiais (NASCIMENTO, 2007; PINTO, 2004).

A ideia de implementação da profissionalização do ensino médio (2º grau) foi abandonada quando se instituiu a Lei nº 7044/82, revalidava as leis vigentes antes de 1971, de uma escola dualista⁴ (NASCIMENTO, 2007).

As mudanças políticas no cenário nacional com o fim da ditadura militar e a “constituição cidadã” de 1988, deu condições institucionais para as mudanças na educação, discutidas desde a década de 1970. Vários projetos de LDB foram encaminhados ao congresso, que após largos debates foi aprovado em 1996. A nova LDB foi aprovada com base no projeto do senador Darcy Ribeiro, que atendia a interesses do Governo e não levaram em conta as aspirações dos educadores, alimentados por quase duas décadas de discussões (NASCIMENTO, 2007; PINTO, 2004).

O início da década de 1990 marcou a inserção do Brasil na economia mundial, tendo que para isso, reestruturar-se. Tendo a economia brasileira internacionalizada, o nível educacional passou a ser considerado um fator determinante na competitividade entre países (NASCIMENTO, 2007). Ganhando força com a influência de organizações como: UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e a Cultura), CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) e o Banco Mundial, propondo transformações profundas no sistema educacional (NASCIMENTO, 2007).

A nova LDB (Lei nº 9394/96) tornou o ensino médio obrigatório e gratuito, porém o governo continuou dando atenção ao ensino fundamental, e deixou para os estados custearem a expansão do ensino médio (NASCIMENTO, 2007).

Em 1998 foi criada as Diretrizes Curriculares Nacionais para o ensino médio, propondo uma formulação curricular incluindo competências básicas, conteúdos e como trata-los frente a princípios pedagógicos de identidade, diversidade e autonomia, como também princípios de interdisciplinaridade e contextualização. Estas novas diretrizes, organizaram o ensino médio em dois blocos fundamentais de conhecimento, uma de base comum e outra diversificada. A base comum abrange as linguagens e códigos, ciências da natureza e matemática e ciências humanas. A parte

⁴ Escola Dualista: A Teoria da Escola Dualista apresentada por Baudelot e Establet (1971), considera que a escola é utilizada pela classe dominante para a reprodução da estrutura social capitalista. Ainda que a escola repasse aparência unitária e unificadora, sua estrutura divide-se em apenas duas grandes redes, reproduzindo exatamente a estrutura de classes típicas da sociedade capitalista: burguesia e proletariado. Resumidamente expõem que há uma rede de escolarização denominada de secundária superior (S.S.) e uma outra, denominada primária-profissional (P.P.). A primeira destinada à classe dominante e a segunda para a classe trabalhadora. Dessa forma, assim estruturada, a escola acaba por reproduzir as relações de produção capitalistas; em ambas as redes ocorrem um forte processo de inculcação da ideologia burguesa (BAUDELLOT e ESTABLET, 1971).

diversificada ocupa 25% da carga horária total, inglês faz parte deste bloco (NASCIMENTO, 2007).

O atual objetivo do ensino médio no país é:

- A formação da pessoa de forma a desenvolver os seus valores e as competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;
- O aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;
- A preparação e orientação básica para a sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo;
- O desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos (NASCIMENTO, 2007, p. 86).

Uma das mudanças ocorridas a partir da década de 1990, foi a universalização do ensino médio. No ano de 1991 as matrículas foram de 3.772.698 passando para a marca de 8.192.948 em 2000, sendo este crescimento de 117% ao longo destes 10 anos (COSTA, 2013).

A partir de 2000 as matrículas tiveram um crescimento tímido, anotando sua maior marca em 2004, registrando 9.169.357 matrículas, a partir disto as matrículas passaram a diminuir, estagnando em 8,3 milhões de matrículas de 2007 a 2010 (CRUZ e MONTEIRO, 2015).

Com base em dados de 2013, o cenário do ensino médio brasileiro pode ser entendido pela análise de dois indicadores, 81,5% dos jovens de 15 a 17 anos estão matriculados. Porém, apenas 55,5% cursam o ensino médio, perfazendo uma distância de mais de 30 pontos percentuais da meta estabelecida pelo PNE (Plano Nacional da Educação), que é de 85% a taxa líquida de matrículas até 2016 (CRUZ e MONTEIRO, 2015).

A Tabela 1 mostra a realidade em números da situação dos jovens de 15 a 17 anos.

Tabela 1. Ensino Médio Jovens de 15 a 17 anos por etapa de ensino em que estão matriculados ou que estão fora da escola – 2013

	População	%
Ensino Fundamental	2.425.672	22,8
Ensino Médio	5.903.692	55,5
Alfabetização de jovens e adultos	10.103	0,1
Educação de Jovens e Adultos – Fundamental	130.326	1,2
Educação de Jovens e Adultos – Médio	29.257	0,3
Ensino Superior	181.359	1,7
Pré-Vestibular	20.707	0,2
Não estudam e não concluíram o Ensino Médio	1.523.220	14,3
Não estudam, mas concluíram o Ensino Médio	420.453	3,9
Total	10.644.789	100,0

Fonte: IBGE/Pnad – Elaboração: Todos Pela Educação.

Dos 10.644.786 jovens de 15 a 17 anos, 5.903.692 estão matriculados. Pode-se dizer que, para alcançar a meta do PNE, se faz necessário ações para trazer estes 1.523.220 de volta para a escola, como também alternativas para diminuir as trocas de retenção, sendo que são mais de 2,4 milhões de jovens retidos na etapa anterior ao médio, o ensino fundamental (COSTA, 2013; CRUZ e MONTEIRO, 2015).

3. EDUCAÇÃO BÁSICA EM SANTA CATARINA

Tem-se inícios nos anos de 1960 a organização do estado de Santa Catarina em torno dos chamados Planos de Educação, concebido em sua primeira edição por uma Comissão Superior de Estudos, composta por intelectuais e auxiliada por organismos internacionais. Plano este, que tiveram como primeiras ações, alterações da escolaridade mínima obrigatória de quatro para oito anos, nos níveis de ensino primário e secundário, propôs também a democratização da escola pública e a implantação do Sistema de Avaliação por Avanços Progressivos (GEPETO/UFSC, 2010).

Esperidião Amin (PDS), primeiro governador eleito diretamente após a ditadura militar, elegeu-se, com discurso baseado no eixo da “participação”. Recém empossado, Amin enfrentou uma grande greve da classe dos professores da rede pública estadual, que perdurou por 68 dias. Os grevistas reivindicavam maior participação na elaboração da política, eleição direta para diretores de escolas, entre

outros.⁵ Das conquistas alcançadas pelos professores, destacam-se a constituição de duas comissões: uma para elaborar o Plano Estadual de Educação, e outra para organizar Estatuto do Magistério e Plano de Carreira. Por todo estado pedia-se pela democratização da gestão escolar e a suspensão do sistema de avanços progressivos como mecanismo de avaliação. Em contrapartida, evidenciando o profundo embate entre a classe e o governo, colocava-se em pauta o caráter excludente e autoritário das escolas. A Comissão Estadual de Implantação e Fiscalização do Plano Estadual de Educação foi extinguida, após a eleição de diretores ter sido considerada inconstitucional pelo governo de Pedro Ivo Figueredo de Campos (1987-1990/PMDB) (GEPETO/UFSC, 2010).

Vilson Pedro Kleinubing (PFL), governador entre 1991-1994, implantou um projeto de descentralização administrativa e de municipalização. Foram criadas as Secretarias Executivas Regionais de Educação, que serviria para tratar de questões de gerenciamento das escolas (GEPETO/UFSC, 2010).

Paulo Afonso Evangelista Vieira (1995-1998/PMDB) tinha a concepção de que melhorar a qualidade do ensino era a melhor alternativa para enfrentar os desafios do milênio, e que se deveria readequar e atualizar o currículo. Cria-se então a nova Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina, publicada em 1998, que gerou inúmeros conflitos, principalmente pela sua política salarial imposta (GEPETO/UFSC, 2010).

Em seu segundo governo (1999) Esperidião Amin (PP), lançou um caderno contendo as diretrizes para a Educação Básica, definindo a base da organização curricular da Educação Básica da Rede Pública Estadual. Ainda nesta gestão foi implantado e regulamentado o Programa Classes de Aceleração da Aprendizagem para a Educação Básica (GEPETO/UFSC, 2010).

A Proposta Curricular de 2005, publicada durante o governo de Luiz Henrique da Silveira (PMDB), propunha o fortalecimento da Educação Infantil junto aos municípios. Para o Ensino Fundamental, o Plano tinha como princípios “garantir o acesso universal e a permanência com qualidade”, “corrigir distorções idade/série”, “ampliar a jornada escolar para turno integral”, “garantir Ensino Fundamental rural substituindo a unicodência gradativamente, ampliando as quatro primeiras séries do

⁵ Greve organizada pela Alisc (Associação dos Licenciados de SC), iniciada em maio de 1983, perdurando 68 dias (NASCIMENTO, 2009).

ensino regular”. Pretendia garantir a gestão democrática com projeto político-pedagógico e atualização curricular, que possibilitasse a interdisciplinaridade. Bem como, a Proposta Curricular de Santa Catarina apresentava os princípios de inclusão, diversidade, identidade, acesso, permanência com aprendizagem, socialização do conhecimento, sustentabilidade, mediação pedagógica, avaliação processual, alfabetização com letramento (GEPETO/UFSC, 2010).

Para o Ensino Médio, o Plano recomendava priorizar a formação e o trabalho dos professores, o currículo e a redefinição dos objetivos de ensino e aprendizagem para garantir acesso e permanência com qualidade aos jovens, tanto no período diurno quanto noturno. Em acordo com a Constituição Federal de 1988, buscava a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito e de qualidade, inclusão de portadores de necessidades especiais na rede regular, qualificação docente e adaptação dos prédios escolares quanto às condições físicas, mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos. Previa também, estruturação segundo eixos norteadores: domínio dos conhecimentos básicos pelo aluno; preparo científico-tecnológico e concepção de aluno como produtor de conhecimento, participante do mundo do trabalho e cidadão consciente do seu papel social. Entre seus objetivos e metas estavam: garantir acesso e permanência do aluno trabalhador; adequar o Ensino Médio noturno às necessidades dos alunos, com horários, programas, metodologias, tempo e acesso e recursos compatíveis; ampliar a oferta diurna e manter a noturna; estabelecer um sistema estadual de avaliação externa da escola e dos docentes; promover a Escola Aberta para aproximar, comprometer e integrar a comunidade escolar com profissionais remunerados em horários extras; atender extraclasse alunos com dificuldades de aprendizagem; instituir número máximo de 35 alunos por turma e 30 para aquelas com portadores de necessidades especiais; implementar uma política de interiorização do Ensino Médio, em especial nas áreas rurais, com incentivo financeiro aos profissionais que nele atuam (GEPETO/UFSC, 2010).

Completavam esses objetivos: garantir acesso e permanência por meio de transporte escolar gratuito adequado para alunos, funcionários e professores de escolas públicas, merenda escolar, material escolar e biblioteca informatizada; expandir escolas com universalização do Ensino Fundamental de nove anos e aumentar vagas, inclusive àqueles com defasagem de idade e com necessidades

educativas especiais; ampliar o tempo pedagógico escolar, visando período integral; formar o profissional para o magistério no Ensino Fundamental; flexibilizar a organização escolar na zona rural; elaborar padrões mínimos de infraestrutura física para as instituições da rede de ensino público e privado, com respeito às diversidades regionais e às necessidades educativas; assegurar aos alunos com dificuldades de aprendizagem atendimento pedagógico extraclasse; incluir pessoas com necessidades especiais nas instituições escolares de ensino regular; flexibilizar o currículo segundo necessidades regionais; corrigir distorções idade/série; ampliar quadro de especialistas em assuntos educacionais nas escolas (um profissional de 40 horas a cada 300 alunos); estabelecer no Ensino Fundamental um máximo de 20 alunos de 1ª a 4ª séries e 25 alunos de 5ª a 8ª séries, diminuindo-se em cinco alunos no caso de turmas com portadores de necessidades especiais; instituir hora-atividade no valor de 50% da hora/aula total da jornada na escola; prevenir uso de drogas e doenças sexualmente transmissíveis (GEPETO/UFSC, 2010; SANTA CATARINA, 2005).

A Proposta Curricular mais atual, correspondente ao ano de 2014, tem como proposta para os trabalhos realizados na escola, a ideia de que:

O percurso da formação, a ser desenvolvido pela escola, estrutura-se em torno de uma organização curricular, que deverá ter em vista o desenvolvimento e as especificidades que constituem a diversidade de cada um dos sujeitos acolhidos na Educação Básica. Entende-se que é por meio da apropriação dos diferentes elementos da cultura que cada indivíduo desenvolve suas capacidades.

Desse modo, é fundamental que as práticas pedagógicas a serem levadas a efeito nas escolas considerem a importância do desenvolvimento de todas as potencialidades humanas, sejam elas físicas/motoras, emocionais/afetivas, artísticas, linguísticas, expressivo-sociais, cognitivas, dentre outras, contribuindo assim para o desenvolvimento do ser humano de forma omnilateral.

Nesse sentido, é preciso que os envolvidos no processo de elaboração dos projetos pedagógicos das escolas, ao refletirem sobre a organização curricular que desejam, delineiem não só os conceitos a serem contemplados nas atividades de ensino e educação, como também as estratégias para sua apropriação e as que viabilizam o direito à igualdade de condições de acesso ao conhecimento e permanência para todos os sujeitos na escola, incluindo-se os adultos e idosos e priorizando os de zero a 17 anos (SANTA CATARINA, 2014, p. 31).

O Ensino Médio em Santa Catarina é ofertado em quatro modalidades de ensino:

- Ensino Médio (formação geral): Contempla as quatro áreas do conhecimento, trabalhando principalmente com as disciplinas da Base Nacional Comum (SED, 2016).
- Ensino Médio Inovador (ProEMI): O objetivo é fortalecer cada vez mais o Ensino Médio, por meio da ampliação da jornada escolar, a reorganização curricular e a integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura (SED, 2016).
- Ensino Médio Integrado à Educação Profissional (EMIEP): A constituição do EMIEP tem como objetivo desenvolver projetos que contemplem as áreas do conhecimento científico e formação tecnológica, aliando a teoria e a prática. Dessa forma, os jovens estarão habilitados nas diversas atividades do setor produtivo (SED, 2016).
- Magistério: Habilita o professor para lecionar na Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Dentre as disciplinas oferecidas aos estudantes estão Filosofia, Sociologia, Fundamentos Teórico-Methodológicos do Ensino de Alfabetização, Português, Ciências, Matemática, História, Geografia, Arte e Educação Física (SED, 2016).

3. EDUCAÇÃO DE SANTA CATARINA EM NÚMEROS

A Esfera Estadual de Santa Catarina conta com 1.092 escolas (SED, 2016) até o ano de 2012, a educação básica de Santa Catarina contava com 1.513.716 alunos matriculados. A Tabela 2, contempla os dados referentes às matrículas no estado por esfera administrativa (SEBRAE/SC, 2013).

Centro Universitário

Tabela 2. Número de alunos matriculados por dependência administrativa em Santa Catarina, no período de 2003 a 2012

Anos	Estadual	Federal	Municipal	Privada	Total
2003	805.330	4.556	608.152	196.095	1.614.133
2004	789.117	3.815	625.889	194.576	1.613.391
2005	739.495	8.094	627.151	206.634	1.581.374
2006	814.390	8.216	633.869	204.654	1.661.129
2007	718.510	6.481	632.627	183.353	1.540.971
2008	713.988	7.850	648.692	204.044	1.574.574
2009	679.461	9.441	658.585	199.370	1.546.857
2010	666.449	10.249	657.444	206.907	1.541.049
2011	631.393	11.382	671.076	213.506	1.527.357
2012	592.913	13.336	690.163	217.304	1.513.716
Evolução 2003/2012	-26,40%	192,70%	13,50%	10,8%	-6,20%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Sistema de Estatísticas Educacionais (Edudata), Censo Escolar e Secretaria de Educação de Santa Catarina, 2012.

As matrículas totais realizadas no estado, sofreram um decréscimo no período de 2003 à 2012 (-6,2%), tendo no ano de 2006 o número máximo de matrículas, 1.661.129 e em 2012 o número mínimo de matriculados, 1.513.716. Valor que acompanha a tendência nacional, que também tem notado menores números de matrículas (SEBRAE/SC, 2013; INEP, 2013).

Por modalidade de ensino o estado conta com os dados da Tabela 3:

Tabela 3. Distribuição dos alunos por modalidade de ensino em Santa Catarina, em 2012

Modalidades	Detalhamento	Alunos	% Modalidades
Educação Infantil	Creche	130.292	19%
	Pré-Escola	154.537	
Ensino Fundamental	1ª a 4ª Série	451.755	55%
	5ª a 8ª Série	384.988	
Ensino Médio		253.547	17%
Educação Profissional (Nível Técnico)		41.225	3%
EJA-Educação de Jovens e adultos (presencial)	Fundamental	30.026	4%
	Médio	33.293	
EJA-Educação de Jovens e adultos (semi-presencial)	Fundamental	5.367	1%
	Médio	7.380	
Educação Especial	Creche	974	1%
	Pré-escola	1.526	
	1ª a 4ª Série	8.896	
	5ª a 8ª Série	6.845	
	Ensino Médio	1.589	

	Ed Prof. Nível Técnico	96	
	EJA Fundamental	985	
	EJA Fundamental	399	
TOTAL		1.513.716	100%

Fonte: Ministério da Educação, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP), Censo Escolar, 2012.

O número total de alunos matriculados atualmente (ano de 2016), correspondentes ao Ensino Médio Inovador, é de 15.950 (SED, 2016).

No ano de 2012, a Educação Básica contou com um total de 223.009 professores, sendo 44.585 o número de professores que atuaram no Ensino Médio (SEBRAE/SC, 2013).

Com relação ao IDEB específico do Ensino Médio da esfera estadual, que é calculado a partir de dois componentes: taxa de rendimento escolar (aprovação) e a média de desempenho nos exames padronizados aplicados pelo INEP, Santa Catarina vem apresentando sempre um dos melhores valores se comparados aos demais estados. Porém no último IDEB, não atingiu a meta para o estado, que é de 4,0 pontos para o ano de 2013, ficando apenas com 3,6 pontos (INEP, 2016).

4. ACESSO AO ENSINO SUPERIOR

Os estudantes concluintes do Ensino Médio no estado de Santa Catarina podem contar com duas Universidades Federais, três Universidades estaduais e uma Universidade Regional (REDE EMANCIPA, 2016).

Entre as federais: Universidade Federal da Fronteira do Sul (UFFS), sediada na cidade de Chapecó, em Santa Catarina, e com campi nas cidades de Cerro Largo, Erechim e Passo Fundo, os três no Rio Grande do Sul; Laranjeiras do Sul e Realeza, ambos no sudoeste do Paraná (UFFS, 2016); e a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) maior instituição de ensino superior do estado, com sede em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, possui campi em mais quatro municípios: Araranguá, Curitibanos, Joinville e Blumenau. No Ranking de Universidades QS: América Latina, edição 2015, a UFSC alcançou a 24ª posição na classificação geral, entre as brasileiras, a UFSC é a 10ª; entre as federais, a 6ª (UFSC, 2016).

As Universidades Estaduais: Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), divide-se em onze centros espalhados pelo estado. Cada centro é estrategicamente localizado em regiões diferentes com o objetivo de suprir as necessidades de cada região. Além dos onze centros de ensino (ensino presencial), a UDESC proporciona o Centro Ensino a Distância (UDESC, 2016); Universidade do Extremo Sul Catarinense (UNESC), é uma universidade comunitária, localizada no município de Criciúma, no sul de Santa Catarina. Atua através do ensino, pesquisa e extensão em diversas áreas do conhecimento. Foi a primeira instituição de nível superior a ser implantada no sul do estado de Santa Catarina (UNESC, 2016); Universidade do Sul de Santa Catarina (UNISUL), inserida nas regiões Sul e da Grande Florianópolis, conta com três campi: Tubarão, Grande Florianópolis e Unisul Virtual; e suas respectivas Unidades Universitárias: Imbituba, Içara, Araranguá e Braço do Norte; e unidades universitárias Pedra Branca e Florianópolis (UNISUL, 2016).

Universidade regional: Universidade Regional de Blumenau (FURB), Está localizada na cidade de Blumenau, e constitui-se em uma das principais universidades da região do Vale do Itajaí, estando entre as cinco maiores universidades do estado de Santa Catarina (FURB, 2016).

5. PESQUISA DE CAMPO

5.1 METODOLOGIA

Participaram da pesquisa 69 alunos da cidade de Irineópolis SC, matriculados nos três turnos de ensino, em Escola Pública Estadual, na terceira série do Ensino Médio, durante o quarto bimestre letivo de 2015.

Para a realização da investigação, os participantes responderam a um questionário, contendo 6 questões fechadas, 2 questões mistas e 5 questões abertas, totalizando 13 questões.

5.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cidade de Irineópolis está situada no norte do estado de Santa Catarina, na Microrregião do Contestado, com 11.137 habitantes, IDH de 0.699 e PIB de 280.866.000,00.

Foi povoado por imigrantes alemães, poloneses, brasileiros e em menor escala por italianos. Tem como principal atividade econômica a agricultura, com a produção principalmente de tabaco, grãos, leite, extrativos, entre outros.

O grupo de alunos entrevistados é composto por 31 meninos e 38 meninas. Do grupo total de alunos, 38 são moradores da zona rural, tendo a maioria declarado o tabaco como uma das culturas produzidas em suas propriedades, também foram informados de forma expressiva os cultivos de soja, milho e feijão, em menor número os cultivos de: verduras, cebola, cenoura, maçã, erva, batata salsa, melancia, batata comum, repolho, mandioca, batata doce, e também a criação de gado de leite/corte. Mostrando ser bastante diversificada a fonte de renda das famílias rurais de Irineópolis.

31 alunos declararam morar na zona urbana. Tendo como principal atividade produtiva declarada para as mulheres da família, a ocupação de dona-de-casa, em menor número foram citadas as atividades de empregada doméstica e diarista, foram citados também: funcionária pública, desempregada, professora, representante de vendas, cozinheira, serviços gerais, aposentada, auxiliar de dentista, costureira. Para os homens da família foram principalmente declarados como tendo a atividade produtiva de pedreiro, em menor número declararam-se a atividade de motorista, foram citados também: representante de vendas, comerciante, operário, chaveiro, radialista, funcionário público, aposentado, pastor, montador de moveis, chapeador, serviços gerais, policial, trabalhador rural e eletricitista.

A escolarização dos pais mostra um valor expressivo de pessoas que não possuem o ensino fundamental completo, somando 52,5% deles em um grupo de 137 pais, 20,4% possuem apenas o ensino fundamental completo, 9,5% concluíram o ensino médio e apenas 7,3% possui ensino superior. Em termos comparativos, nota-se diferença expressiva no grau de escolarização dos pais que residem na área rural em comparação aos pais que moram na área urbana, onde 64,5% dos pais residentes em área rural não concluíram o ensino fundamental, 7,9% concluíram o ensino médio e 6,6% concluíram um curso superior, em quanto os pais residentes em área urbana,

37,7% não possuem o ensino fundamental completo, 11,5% concluíram o ensino médio e 8,9% concluíram o ensino superior.

Em se tratando do ambiente em que os alunos estão inseridos, ao serem questionados se conheciam pessoalmente alguém que, já havia cursado o ensino superior, 92,7% responderam que sim e apenas 7,3% não.

Em uma questão que investiga a opinião direta dos alunos, sobre a importância dada ao ingresso no ensino superior, sem que seja necessariamente sua intenção cursar este nível de ensino, 91,3% responderam que sim, consideram importante, contra apenas 8,7% que não consideram importante. Os motivos apostados são questões de empregabilidade, melhora na qualidade de vida, ter melhores oportunidades, escolhas, poder optar por propostas mais interessantes. Apontando que estão levando em conta que o curso superior está ligado diretamente ao mercado de trabalho e deve facilitar a conquista de emprego e que através dele, melhor qualidade de vida, como também, proporcionar poder de escolha, abrir o leque de oportunidades. Desta forma, não é considerado importante por eles, cursar o ensino superior simplesmente para se obter conhecimento, independência intelectual, mas deve estar diretamente ligado a ascensão social, seja ela por melhores salários ou ocupações tidas como de maior status.

Ao perguntar quanto a opinião da família, quase a totalidade expõem que seus pais são favoráveis ao ingresso no ensino superior, estão otimistas, apoiam as suas escolhas, consideram-na importante para se alcançar uma vida melhor.

A Tabela 4 expõe os dados coletados quanto a 1ª e 2ª opções de atividades pretendidas após concluírem o ensino médio, escolhidas pelos alunos.

Tabela 4. Respostas dadas pelos alunos da 3ª série do Ensino Médio de Irineópolis quanto as pretensões de atividades após concluírem o ensino médio.

Pretensões de atividades	1ª opção	%	2ª opção	%
Ensino superior	36	52,2	6	8,6
Cursinho preparatório	2	2,9	9	13,0
Curso profissionalizante	8	11,6	14	20,3
Mercado de trabalho	10	14,5	15	21,7
Permanecer na propriedade	4	5,8	4	5,8
Entrar no exército	1	1,4	2	2,9
Indefinido	8	11,6	8	11,6
Não responderam	0	0,0	11	15,9
Total	69	100	69	100

Mais da metade dos alunos entrevistados demonstraram o interesse de ingressar diretamente no ensino superior. Demonstrando que se dá grande importância ao ingresso no ensino superior. Tal fato pode ser explicado pelo desejo de ascensão social, tendo como estímulo a valorização das profissões de nível superior e pela desvalorização de outras formas de ocupação em nossa sociedade.

Apesar de a maioria demonstrar interesse em ingressar diretamente no ensino superior, a alternativa de ingressar no mercado de trabalho se mostra muito frequente entre os alunos. Sendo a segunda maior porcentagem de escolha como primeira opção e a maior porcentagem nas escolhas de atividades a serem escolhidas como segunda opção. Estes dados expõem a realidade vivida por muitos jovens deste nível escolar, onde se espera deles a responsabilidade de contribuir com a renda familiar. Também pode-se dizer que esses dados vão de encontro com os anseios dos jovens em alcançar a imediata independência financeira, não importando o tipo de emprego e valor salarial. Desta forma o ensino superior, adiará este desejo imediato, mesmo que ao final podem-se alcançar melhores salários e condições de vida.

A opção ingressar no ensino profissionalizante se mostra muito forte tanto como primeira escolha quanto como segunda opção. Que pode ser relacionado ao menor tempo necessário para concluí-lo e as oportunidades de empregos e salários proporcionadas por esta modalidade de ensino, que em algumas áreas se mostra equiparável ou até mesmo mais vantajosa que as geradas pelo ensino superior.

Embora o grande interesse no ensino superior a opção cursinho preparatório, que está ligada diretamente ao ingresso ao ensino superior, não é levada em conta. Motivada pela tradição no ensino superior particular da região, que possui grandes ofertas de vagas e cursos em várias áreas de atuação, não promovendo grande concorrência de ingresso entre os candidatos.

Ao se comparar as respostas dadas por menino com as respostas dadas pelas meninas em primeira opção de atividade pós médio (Tabela 5), percebe-se que não há diferença significativa na escolha ingressar no ensino superior, evidenciando os efeitos positivos de uma educação que não faz distinção entre sexos, neste sentido a educação superior se mostra como uma oportunidade de igual interesse para ambos os sexos. Um dado que chamou a atenção é a proporção de meninas que optou pela entrada direta ao mercado de trabalho após concluir o ensino médio, no que parecem,

as pressões sócias de ajudar no sustento da família ou simplesmente alcançar independência financeira se mostrou mais forte entre as meninas.

Tabela 5. Escolhas feitas por meninos vs. meninas

Pretensões pós-médio	Meninos	%	Meninas	%
Ensino superior	16	51,6	20	52,6
Cursinho	2	6,4	0	0,0
Profissionalizante	4	12,9	4	10,5
Merc. Trabalho	2	6,4	8	21,0
Permanecer na propriedade	3	9,7	1	2,6
Entrar no exército	1	3,2	0	0,0
Indefinido	3	9,7	5	13,1
Total	31	100	38	100

Ao se comparar as respostas dadas por alunos residentes na zona rural com residentes na zona urbana (Tabela 6), podem-se fazer algumas comparações interessantes, em ambos os grupos, a resposta mais frequente é o ingresso ao ensino superior. Com segundo maior número de escolhas os alunos residentes na zona rural prefeririam ingressar diretamente ao mercado de trabalho, enquanto os alunos moradores de zona urbana se aperfeiçoar em um curso profissionalizante. O maior número de respostas dadas pelos residentes na zona rural como segunda opção de atividade pós médio foi entrar no mercado de trabalho, assim como os residentes na zona urbana optaram em ingressar no ensino profissionalizante.

Tabela 6. Respostas dadas pelos alunos da 3ª série do Ensino Médio de Irineópolis, residentes na Zona Rural ou Urbana

Pretensões pós-médio	Zona Rural				Zona Urbana			
	1ªop.	%	2ª op.	%	1ª op.	%	2ª op.	%
Ensino superior	16	42,1	4	10,5	20	64,5	2	6,4
Cursinho	2	5,3	3	7,9	0	0,0	6	19,4
Profissionalizante	5	13,1	5	13,1	3	9,7	9	29,0
Merc. Trabalho	8	21,0	9	23,7	2	6,4	6	19,4
Permanecer na propriedade	4	10,5	4	10,5	0	0,0	0	0,0
Entrar no exército	1	2,6	1	2,6	0	0,0	1	3,2
Indefinido	2	5,3	2	5,3	6	19,3	6	19,4
Não responderam	0	0	10	26,3	0	0,0	1	3,2
Total	38	100	38	100	31	100	31	100

As respostas dadas pelos alunos oriundos da zona urbana, concentradas significativamente em continuar os estudos, podem ser justificadas com vistas na movimentação de alunos notada na escola, onde muitos alunos pedem transferência do período diurno para o noturno, com a justificativa que começarão a trabalhar durante o dia, ou mesmo alunos do período diurno relatam que trabalham no período contrário ao que frequentam a escola. Com parte dos alunos já vivendo a realidade do mercado, parece ter tido algum efeito nas suas visões de futuro, uma vez que inseridos nessa realidade, os fez pensar em aperfeiçoamento para poderem alcançar melhores cargos, melhores empregos, melhores salários e conseqüentemente uma vida mais tranquila.

Apesar de os alunos residentes na zona rural terem optado em maior número por ingressar ao ensino superior, chama a atenção o número significativo de respostas colhidas na opção ingressarem ao mercado de trabalho, o que vai de encontro com a opção inerente a regiões de produção rural que seria permanecer na propriedade dos pais e desenvolver com a família suas atividades produtivas. Sabendo que a realidade do campo no município de Irineópolis não é de miséria ou extrema pobreza, onde um dos principais cultivos do município, o tabaco, garante o sustento em pequenas propriedades rurais, pode-se relacionar a falta de interesse dos jovens camponeses em permanecer no campo e partir para o mercado de trabalho, assim como apontado por Oliveira et al, 2014, o jovem agricultor, de certa forma ainda não trabalha apenas para si, os rendimentos de seu trabalho devem servir também a sua família, sobrando a ele partes do total produzido. A parte que recebe, pode servir para suprir a necessidade de lazer, mas não é o suficiente para alcançar sua independência financeira. Fazendo-os pensar em formas de suprir essa necessidade de renda própria, sendo ela, buscar por emprego em centros urbanos, que se mostra como uma realidade apontada pelos dados coletados na pesquisa, ou mesmo, intensificar seu trabalho na propriedade da família e buscar por trabalho em outras propriedades.

As informações expostas na Tabela 7 corroboram com os apontamentos anteriores.

Tabela 7. Alunos que pretendem continuar os estudos vs. iniciar uma atividade produtiva após o ensino médio

Pretensões pós-médio	Zona rural				Zona urbana			
	1ª opção	%	2ª opção	%	1ª opção	%	2ª opção	%

Continuar os estudos	23	63,8	12	46,1	23	92,0	17	70,8
Iniciar uma atividade produtiva	13	36,1	14	53,8	2	8,0	7	29,2
Total	36	100	26	100	25	100	24	100

Ao agrupar as alternativas, ingressar ao ensino superior, entrar em um cursinho pré-vestibular e buscar o ensino profissionalizante como uma única opção de continuar os estudos e as alternativas de entrar no mercado de trabalho, permanecer na propriedade da família continuando e intensificando o seu trabalho e entrar no exército como outra única alternativa de iniciar uma atividade produtiva, excluindo todas as respostas indefinidas ou sem resposta, pode-se perceber o interesse significativamente maior dos alunos residentes na zona urbana da cidade em continuar seus estudos e buscar aperfeiçoamento pessoal.

6. CONCLUSÕES

De maneira geral, mais da metade dos alunos entrevistados mostram interesse em ingressar ao ensino superior, mostrando que a cidade de Irineópolis possui um ambiente favorável ao aprimoramento pessoal.

As principais divergências em respostas dadas pelos alunos participantes da pesquisa se dão quando comparados, respostas de alunos residentes na zona urbana da cidade com alunos residentes na zona rural, de acordo com o esperado, por se tratarem de realidades muito distintas.

Apesar de, em ambos os casos a maioria dos alunos estarem interessados em ingressar no ensino superior, notam-se diferenças significativas em se tratando do interesse de alunos residentes em áreas urbanas continuarem os estudos após concluírem o ensino médio.

Essas diferenças nas escolhas não parecem estar atreladas diretamente aos pais. Apesar de que, o nível de escolaridade dos pais residentes em zona rural é significativamente menor se comparado aos em zona urbana, na grande maioria dos casos os alunos relataram no questionário que os pais se mostram otimistas, favoráveis às escolhas tomadas pelos filhos. Por tanto, pressões vindas da família podem não estar relacionadas diretamente com as informações colhidas na pesquisa.

As escolhas dos alunos parecem estar mais relacionadas com anseios comuns da juventude, como buscar independência financeira, desejo de ascensão social, conquistar melhores salários. Como também pressões sociais, visto que a maioria dos alunos participantes da pesquisa conhecem pessoalmente indivíduos que já estiveram inseridos no ensino superior, desta forma a comunidade pode esperar que seus jovens sigam este caminho comum para a realidade de Irineópolis, o que pode incentivar, ou até mesmo pressioná-los, em avaliar a possibilidade de também possuir um diploma de graduação.

Como perspectivas para trabalhos futuros, torna-se interessante repetir esta mesma pesquisa anualmente, desta forma identificar nas pretensões dos alunos, escolhas comuns para os estudantes da cidade, essas informações podem se tornar uma boa ferramenta para as Universidade da região tomarem decisões mais acertadas de acordo com as demandas identificadas.

Expandir a pesquisa para mais cidades da região também se torna interessante, podendo determinar o perfil dos jovens e identificar demandas sociais, de interesse para o governo e instituições de ensino.

Acompanhar os mesmos alunos participantes da pesquisa dentro de um ano, afim de verificar qual foi realmente o caminho tomado, se conseguiu efetivar o que imaginou, se não foi possível realizar suas pretensões, bem como os motivos, as dificuldades encontradas que os fizeram tomar outro curso.

Por fim, avaliar mais a fundo as respostas dadas por alunos residentes do interior da cidade, a fim de verificar mais especificamente o seu interesse em continuar suas atividades na propriedade dos pais ou sair em busca de emprego em centros urbanos, como também os motivos alegados por eles para deixarem o interior. Este tipo de movimentação pode afetar diretamente a economia de um município, principalmente aqueles com economia predominantemente agropecuária, como Irineópolis. Informações como essas são de grande valia para a administração do município, criar estratégias para incentivar a permanência destes jovens no campo, e aprimorar a sua economia.

REFERÊNCIAS

BAUDELLOT, Christian; ESTABLET, Roger. **L' École Capitaliste en France**. Paris: Librari Francois Maspero, 1971.

BONAVIDES, Paulo (sel. e intr.). 1979. Francisco Campos – O Antiliberal. CAMPOS, Francisco Luís da Silva, 1891-1968. Francisco Campos, discursos parlamentares. Sel. e intr. de Paulo Bonavides. Brasília, Câmara dos Deputados. (Perfis Parlamentares, 6).

CARDOSO, Fernanda dos Reis. Educação superior e crescimento econômico. **Dissertação (Mestrado profissional em Economia)**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Programa de Pós-graduação em Economia, Porto Alegre, 2006.

COSTA, Gilvan Luiz Machado. O ensino médio no Brasil: desafios à matrícula e ao trabalho docente. **R. bras. Est. pedag.**, Brasília, v. 94, n. 236, p. 185-210, jan./abr. 2013.

CRUZ, Priscila (Org.); MONTEIRO, Luciano (Org.). **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2015**. São Paulo: Editora Moderna LTDA, 2015. 154p.

DALLABRIDA, Norberto. A reforma Francisco Campos e a modernização nacionalizada do ensino secundário. **Educação**, Porto Alegre, v. 32, n. 2, p. 185-191, maio/ago. 2009.

Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. **Total de Escolas e Matrículas no Ensino Médio Inovador - EMI - Rede Estadual – 2016**. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/index.php/documentos/ensino-89/ensino-medio-inovador-572/4433-ensino-medio-inovador>>. Acesso em: 16/06/2016.

Governo do Estado de Santa Catarina. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Gestão de Pessoas. **Educação em números-25-05-16**. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/index.php/secretaria/educacao-em-numeros/4438-educacao-em-numeros-25-05-2016/file>>. Acesso em: 16/06/2016.

GRACIOSO, Alexandre. Os benefícios da educação superior. **ESPM**. Visão institucional. Abril, 2010. Disponível em: <<http://www.espm.br/visaoinstitutional>>. Acesso em: 24/06/2015.

Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho. **Relatório estadual da pesquisa trabalho docente na educação básica no Brasil: [Santa Catarina] / Universidade Federal de Santa Catarina**. Grupo de Estudos Sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO). Florianópolis, 2010. 132 p.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2013. 41 p.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **IDEB - Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://sistemasideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: 16/06/2016.

NASCIMENTO, José Roberto Carvalho do; Estratégias de ação política do sindicato dos trabalhadores em educação de Santa Catarina – SINTE/SC – e sua relação com

a central única dos trabalhadores – CUT – entre a década de 1980 e início dos anos 2000. **Trabalho Necessário**, nº 8, p 1-27, 2009.

NASCIMENTO, Manoel Nelito M. Ensino Médio no Brasil: Determinações Históricas. **Publ. UEPG Ciências Humanas, Ciências Sociais Apl., Linguas, Letras e Artes**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 77-87, jun. 2007.

PINTO, José Marcelino de Rezende. Financiamento do ensino médio no Brasil: uma abordagem inicial. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 135-152, Mar. 2004.

Rede Emancipa Educação Popular. **Universidades públicas no Brasil**. Disponível em: <<http://redeemancipa.org.br/2013/03/universidades-publicas-no-brasil/>>. Acesso em: 16/06/2016.

ROTHEN, José Carlos. A universidade brasileira na Reforma Francisco Campos de 1931. **Revista brasileira de história da educação**, nº 17, p. 141-160, maio/ago. 2008.

Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Estudos Temáticos/Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 2005. 192 p.

Santa Catarina. Governo do Estado. Secretaria de Estado da Educação. **Proposta Curricular de Santa Catarina: formação integral na educação básica/Estado de Santa Catarina**, Secretaria de Estado da Educação, 2014. 192 p.

Sebrae/SC. **Santa Catarina em Números: Santa Catarina / Sebrae/SC**. Florianópolis: Sebrae/SC, 2013. 150p.

Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina. **Ensino Médio**. Disponível em: <<http://www.sed.sc.gov.br/index.php/servicos/etapas-e-modalidades-de-ensino/16984-ensino-medio>>. Acesso em: 16/06/2016.

Universidade do Estado de Santa Catarina. **Objetivos, finalidades e princípios**. Disponível em: <<http://www.udesc.br/?id=426>>. Acesso em: 16/06/2016.

Universidade do Extremo Sul Catarinense. **Estrutura Administrativa**. Disponível em: <<http://www.unesc.net/portal/capa/index/1/38/>>. Acesso em: 16/06/2016.

Universidade do Sul de Santa Catarina. **Universidade**. Disponível em: <<http://www.unisul.br/wps/portal/home/conheca-a-unisul/a-universidade>>. Acesso em: 16/06/2016.

Universidade Federal da Fronteira do Sul. **A Instituição**. Disponível em: <http://www.ufes.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=90&Itemid=822>. Acesso em: 16/06/2016.

Universidade Federal de Santa Catarina. **A UFSC**. Disponível em: <<http://estrutura.ufsc.br/>>. Acesso em: 16/06/2016.

Universidade Regional de Blumenau. **A FURB: Primeira faculdade do interior de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.furb.br/web/1488/institucional/a-furb/apresentacao>>. Acesso em: 16/06/2016.

ZULAUF, Monika. Ensino superior e desenvolvimento de habilidades para a empregabilidade: explorando a visão dos estudantes. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, nº 16, p. 126-155, jul/dez 2006.



CIDADANIA SUBORDINADA: ASSÉDIO POLÍTICO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Caroline Andressa Golanowski¹
João Vitor Passuello Smaniotto²

RESUMO: Trata-se de trabalho destinado a analisar o exercício da cidadania pelo empregado no ambiente de trabalho, considerando o elemento principal da relação de emprego que é a subordinação, a qual vincula o empregado às determinações do empregador, por meio da pactuação laboral. Entretanto, o poder diretivo do empregador não é absoluto, pois o empregado não pode ter seus direitos fundamentais suprimidos. Neste sentido, passa-se a questionar a extensão do poder do empregador face ao direito de livre manifestação de pensamento e exercício da cidadania do empregado. O empregador tem a faculdade de rescindir unilateralmente o contrato de trabalho, porém tal dispensa não pode ser discriminatória, nem se fundar na convicção política do empregado. A liberdade política é atributo da cidadania, garantia mínima do cidadão, que constitui um dos elementos essenciais da sociedade democrática, já que a democracia somente existe através da consagração da diversidade de ideias e pensamentos.

PALAVRAS-CHAVE: Contrato de Trabalho. Subordinação. Cidadania. Direitos Fundamentais. Assédio Político.

INTRODUÇÃO

A relação empregatícia resulta de um conjunto diversificado de fatores, sem os quais não se configura. Sua estrutura é constituída de sujeitos, objeto e causa. E, por ser gerada pelo contrato de trabalho a relação de emprego tem natureza contratual.

A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) elenca cinco elementos para caracterização da relação de emprego: personalidade, pessoa física, habitualidade, onerosidade e subordinação.

O requisito da subordinação é o elemento principal para a caracterização do contrato de trabalho. Desta forma, no presente trabalho busca-se debater o conceito e alcance da subordinação que vincula o cidadão trabalhador aos comandos e ordens do empregador, questionando-se o campo de incidência e qual o limite da subordinação.

¹ Pós-graduada em Direito Processual Civil e bacharel em Direito pelas Faculdades Integradas do Vale do Iguaçu – UNIGUAÇU. Especialista em Direitos Humanos pela Universidad Pablo d’Olavide – Sevilla/Espanha.

² Doutor em Ciências Jurídicas e Políticas pela Universidad Pablo d’Olavide - Sevilla/Espanha. Professor de Direito Constitucional e Direito do Trabalho do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguacu.

Nesse contexto, questiona-se a possibilidade de o empregador exigir que no horário de trabalho o empregado participe de manifestações políticas contrárias ao ideal que defende, fundamentando essa determinação na existência da subordinação, elemento *sine qua non* do contrato de emprego.

Diante desses aspectos emblemáticos, é necessário destacar que a Constituição Federal de 1988 tem como fundamento o exercício da cidadania e consagra a liberdade de expressão em seu artigo 5º, ao dispor em seu inciso IV que é livre qualquer manifestação de pensamento, proibindo, entretanto, o anonimato. Ademais, a manifestação política faz parte do pleno exercício dos direitos políticos, que são direitos humanos de primeira dimensão.

A cidadania guarda relação direta com o exercício de direitos políticos. Em uma concepção emancipatória, gozar dos direitos políticos significa, acima de tudo, a inserção do indivíduo em uma comunidade, o direito a ter direitos e participar do exercício do poder, promovendo e desenvolvendo o princípio da dignidade da pessoa humana.

Neste contexto, em um primeiro momento serão tecidas considerações acerca da subordinação contratual do empregado, bem como uma análise dos direitos políticos sob uma perspectiva emancipatória, examinando a concepção contemporânea de cidadania, que auferir ao indivíduo um núcleo mínimo de direitos, liberdades e garantias.

Posteriormente, serão feitas considerações em relação a extensão do poder do empregador face ao direito de livre manifestação de pensamento e exercício da cidadania do empregado, elencando seus pontos controvertidos, concluindo com a análise das garantias trabalhistas frente ao poder do empregador. —

1. SUBORDINAÇÃO LABORAL

O contrato de trabalho pode ser definido como a convenção pela qual empregados, mediante certa remuneração e em caráter não eventual, prestam trabalho pessoal em proveito e sob a direção e comando do empregador (GOMES; GOTTSCHALK, 1987, p. 144).

Entretanto, a legislação brasileira não conceituou o trabalho subordinado, cabendo esta tarefa a doutrina e a jurisprudência.

Neste contexto, Reginaldo Melhado assevera que

para que a atividade produtiva se realize, é necessária à subordinação dos seus atores a uma determinada ordem, mas a questão a ser ponderada é sobre qual desses atores pode estabelecer esta ordem e em que condições (MELHADO, 2003, p. 14).

Com relação ao poder de direção que é centrado no empregador, o autor Nasser Ahmad Allan, citado por Wilson Ramos, leciona que:

O desejo de controlar os gestos, o tempo, enfim, a rotina que envolve o trabalhador é uma tendência que acompanha o capitalismo moderno e teve seu apogeu com o taylorismo, que tentou trazer cientificidade a organização do trabalho. Resta evidente a finalidade do poder de direção do empregador (ALLAN, apud, RAMOS FILHO, 2010, p. 316).

No mesmo sentido, Otávio Magano, aludido na obra de Wilson Ramos, conceitua o poder de direção como a capacidade, oriunda do seu direito subjetivo para determinar a estrutura técnica e econômica da empresa e dar conteúdo concreto à atividade do trabalhador (ALLAN, apud, RAMOS FILHO, 2010, p. 317). Ou seja, o poder do empregador emitir ordens aos seus empregados.

No tocante ao poder disciplinar, Alice Monteiro de Barros o define como “a capacidade concedida ao empregador de aplicar sanções ao empregado infrator dos deveres que está sujeito por força de lei, de norma coletiva ou do contrato” (BARROS, 2008, p. 603).

Neste prisma, recorda Wilson Ramos “que o trabalhador teve sua subjetividade sequestrada” (2001, p. 147) pelo fato de interiorizar o dever de obediência, levando-o para sua vida privada, para estabelecer seu modo de pensar e agir, ademais, de como se portar em sociedade (COUTINHO, 1999, p. 87).

Cumprе ressaltar, que a subordinação tem uma herança da escravidão, os resquícios da “coisificação” do trabalhador restam percebidos na atualidade, nas relações de trabalho (RAMOS FILHO, 2010, p. 325).

A subordinação é visível na base hierárquica da empresa, sendo fácil de perceber nos trabalhadores de uma fábrica, enquanto desenvolvem a atividade nas máquinas, sob a fiscalização constante de um chefe ou gerente, com o cartão de ponto

para cumprir fielmente o horário de trabalho. Quanto aos empregados dos altos escalões, essa subordinação não é tão visível, entretanto, pelo simples fato de alguém se inserir na organização para cumprir diretrizes que não traça já se configura a subordinação (NASCIMENTO, 2007, p 165).

Com o decorrer dos anos a relação de trabalho sofreu inúmeras mutações, juntamente com os aspectos da subordinação. Neste prisma, encontra-se ultrapassado o conceito de subordinação ou submissão da pessoa do empregado em relação ao seu empregador, já que atualmente é incompatível com os preceitos e princípios constitucionais de liberdade, igualdade e principalmente o princípio da dignidade da pessoa humana, presentes em nosso ordenamento jurídico (BARROS, 2008, p. 264-265).

Assim, a subordinação é elemento principal na configuração do contrato de trabalho, e deve ser caracterizada essencialmente de forma objetiva, pois o trabalhador se subordina aos elementos pactuados no contrato, que é o limite da subordinação.

Porém, caso a subordinação jurídica seja descumprida, ocorrendo o uso exacerbado, desarrazoado ou desproporcional do poder diretivo, fiscalizatório ou disciplinar pelo empregador, violando, desta forma, o princípio da dignidade da pessoa humana, configura-se a possibilidade de rescisão indireta do contrato de trabalho.

Já que a rescisão indireta do contrato de trabalho foi criada no intuito de proteger a figura do empregado, parte hipossuficiente da pactuação laboral, dando a possibilidade de rompimento da relação de emprego para o obreiro, quando o empregador cometer atos faltosos (MIRANDA DA SILVA, 2008).

Desse modo, percebe-se que a rescisão indireta do contrato de trabalho é uma faculdade do empregado, pois na relação de emprego ambas as partes têm obrigações, e o descumprimento pelo empregador de suas obrigações, desrespeitando o princípio basilar da dignidade do obreiro que lhe presta serviços, faculta a este o término da relação de forma definitiva.

3. DIRETOS POLÍTICOS E A CIDADANIA

Os direitos políticos perfazem a base do regime democrático brasileiro (MENDES, 2010, p 855), sendo uma das mais importantes garantias do poder e da soberania popular, conforme aponta José Afonso da Silva:

O regime de representatividade desenvolveu técnicas destinadas a efetivar a designação dos representantes do povo nos órgãos governamentais. A princípio, essas técnicas aplicavam-se empiricamente nas épocas em que o povo deveria proceder à escolha dos seus representantes. Aos poucos, porém, certos modos de proceder foram transformando-se em regras, que o direito positivo sancionava como normas de agir. Assim, o direito democrático de participação do povo no governo, por seus representantes, acabara exigindo a formação de um conjunto de normas legais pertinentes, que recebera a denominação de direitos políticos (AFONSO DA SILVA, 2006, p. 344).

Por formarem a base do regime democrático, os direitos políticos referem-se, de forma ampla, ao direito de participação no processo político nacional, seja pelo direito ao sufrágio universal periódico, livre, direto, secreto e igual, seja pela autonomia de organização do sistema partidário (MENDES, 2012, p. 753).

Ademais, os direitos políticos são as prerrogativas e deveres inerentes à cidadania, os quais estão previstos na Constituição Federal.

A concepção de cidadania, na modernidade, surge no século XVIII, trazida pelo ideal liberal da Declaração de Direitos do Homem e do Cidadão de 1789. Nesse período a cidadania consolidou-se como participação no exercício do poder (FERREIRA FILHO, 2000 p. 25).

Com o passar do tempo o termo cidadania passou a representar um significado mais amplo do acima citado, englobando o próprio direito à vida digna e a plena participação na sociedade (GOMES, 2010, p. 103).

Desta forma, não se considera a cidadania como simples exercício dos direitos políticos ativos e passivos, mas sim o instituto que aufere ao indivíduo um núcleo mínimo de direitos que devem se impor aos poderes públicos. A cidadania, assim:

Consiste na consciência de pertinência à sociedade estatal como titular dos direitos fundamentais, da dignidade como pessoa humana, da integração participativa no processo do poder, com a igual consciência de que essa situação subjetiva envolve também deveres de respeito à dignidade do outro e de contribuir para o aperfeiçoamento de todos (MAZZUOLI, 2019).

Percebe-se que, desta forma, os pilares universais dos direitos humanos fundados na universalidade, indivisibilidade e interdependência se consagram. Assim, no mundo contemporâneo, a cidadania ganha novo significado.

A cidadania passa a ser o espaço público de vivência das pessoas. Noção essa que mostra que a cidadania não mais significa apenas o direito de participar do exercício do poder, direta ou indiretamente, mas compreende a inserção do indivíduo em uma comunidade, sua participação e promoção social e a possibilidade de exercitar todos os direitos que desenvolvem o princípio da dignidade da pessoa humana.

Assim, a cidadania pressupõe um sentimento ávido de participação na comunidade, tratando-se de um patrimônio comum, sendo seu desenvolvimento estimulado e incentivado tanto pela luta para adquirir direitos, como pelo gozo de tais direitos. Desse modo, o conceito moderno de cidadania tem sido questionado e ampliado, pelos apelos da pós-modernidade e globalização (OLIVEIRA, 2010).

A partir desta nova perspectiva, a cidadania não se focaliza somente nos direitos legais, mas abrange o processo social, no qual os indivíduos e grupos sociais se ocupam reivindicando, expandindo ou perdendo direitos.

A cidadania compreende o viver e o conviver no seio da sociedade, essa significação social do termo busca resgatar e valorar a dignidade humana de cada membro pertencente a tal sociedade (BUENO; FERREIRA, 2019).

Destarte, atualmente, estar politicamente comprometido significa praticar cidadania, atuando quer em âmbito local, quer em âmbito transnacional, envolvendo interesses que superam as fronteiras. Ademais, a cidadania não se refere tão somente à participação na comunidade política, mas está intimamente ligada à preservação da identidade (OLIVEIRA, 2010).

Cidadania não é uma definição estanque, mas um conceito histórico que varia no tempo e no espaço. A cidadania sugere da participação cívica da população no âmbito público, nas questões que dizem respeito a toda coletividade, que se refere à luta pelo acesso à escola, seguridade social, lazer, saúde, enfim, lutas para que os direitos e garantias sejam efetivamente cumpridos em prol da população (FILOSOFIA..., 2019).

A cidadania está presente em todas manifestações diárias no exercício das garantias, liberdades e direitos mínimos, que estão em constante mutação. O

exercício da cidadania está ligado intimamente ao princípio da dignidade da pessoa humana, preceito máximo estabelecido na Constituição Federal.

4. ASSÉDIO POLÍTICO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Comumente no Brasil alguns fatos jurídicos exercidos sem o respaldo constitucional culminaram em transtornos político-sociais, tendo em vista que a conjuntura nacional está marcada por um suceder de crises políticas emaranhadas em outras crises de natureza econômica e social. Juntamente com essa problemática verifica-se a ineficácia dos governos em lidar com os problemas sociais e econômicos que afetam a população, cumulado com a onda de denúncias de práticas de corrupção e a sensação de insegurança que vivem os indivíduos (KINZO, 2002).

Nesse contexto, destaca Boaventura de Sousa Santos (2016) que antigamente os imperialistas não sabiam de outros meios, senão a ditadura para “alinhar” os países de seu continente em prol de seus interesses. Atualmente, a ditadura pode ser dispensada se a democracia servir aos interesses econômicos dominantes.

Diante destes cenários de instabilidade uma questão que aparece frequentemente é a relação entre o cenário político e o ambiente de trabalho, precisamente, quando empregados e empregadores encontram-se em lados opostos do cenário político e o elemento da subordinação é utilizado para resolver o conflito.

Disciplina Delgado (2016, p. 311) que a subordinação deve ser encarada sob o aspecto objetivo, atuando sobre a prestação de serviço, não sobre a pessoa do obreiro, sendo incorreta a visão subjetiva de tal fenômeno.

Não mais a pessoa está subordinada, mas sim a sua energia de trabalho. Se não há controle pessoal, o cidadão trabalhador tem o direito de preservar sua integridade física, intelectual e moral, em face do poder diretivo do empregador.

Nessa perspectiva, o empregador pode usar os poderes diretivos dentro da ordem jurídica, limitado pela lei e pelas fontes do direito. Assim, as atividades do empregado fora do contexto do contrato de trabalho, que estejam relacionadas com suas crenças religiosas, seus pensamentos políticos, sua vida privada, sua intimidade, escapam da autoridade empresarial.

Se faz mister ressaltar que a liberdade de expressão é um direito básico do cidadão, conforme disciplina a nossa Carta Magna, em seu artigo 5º, IV, “é livre a manifestação de pensamento, sendo vedado o anonimato”.

Toda e qualquer manifestação política é exercício do princípio da cidadania, o qual compreende o viver e conviver no seio da sociedade. Essa significação social do termo busca resgatar e valorar a dignidade humana de cada um dos membros pertencentes a tal sociedade (BUENO; FERREIRA, 2011).

Nilson de Oliveira Nascimento (2008, p. 122) argumenta que a liberdade de expressão constitui um dos elementos essenciais da sociedade democrática, e ressalta, que a democracia somente existe através da consagração da diversidade de ideias e pensamentos, de tolerância de pensamentos e de espírito aberto ao diálogo.

É na democracia que a liberdade encontra respaldo, pois o regime democrático é uma garantia da concretização dos direitos humanos fundamentais. Desse modo, o empregador deve respeitar a livre manifestação de pensamento do empregado, já que a própria essência da democracia é a pluralidade e diversidade de opiniões e pensamentos.

Nesta esteira, se percebe que o exercício da cidadania não faz parte dos requisitos do contrato de trabalho, ou seja, não cabe ao empregador obrigar o empregado a participar de manifestação política, se houvesse tal obrigação seria uma violação aos princípios constitucionais, essencialmente ao princípio da dignidade da pessoa humana. O contrato de trabalho poderia ser considerado rescindido, tendo em vista que a obrigação de participar em manifestação política fere o artigo 5º, IV, da Constituição Federal, o qual determina ser livre a manifestação de pensamento, além de extrapolar as cláusulas do contrato.

É necessária uma ponderação entre a subordinação a qual está vinculado o obreiro e o seu direito de livre manifestação de pensamento e exercício da cidadania, tendo em vista que a Constituição Federal prevê que o poder empregatício decorre da livre iniciativa, sendo um direito fundamental. Por outro lado, o direito de o trabalhador ter e exercer sua liberdade, também faz parte do rol de direitos fundamentais. Assim, os casos de abuso do poder empregatício ou não, só podem ser estabelecidos no caso concreto (BELMONTE, 2012).

Ademais, a livre manifestação de pensamento no âmbito de trabalho se materializa de forma negativa e de forma positiva, o empregador não pode perguntar

dados sensíveis do empregado (como por exemplo, sua convicção política ou ideológica) no intuito de evitar qualquer discriminação no ambiente de trabalho ou dispensas discriminatórias. Quanto à dimensão positiva, o empregado tem o direito de expressar ou guardar para si suas convicções e opiniões, garantindo, assim, seu direito de liberdade de expressão (NASCIMENTO, 2008, p. 124).

Caso houvesse a configuração do assédio político por parte do empregador, abusando do seu poder de direção, cabe reparação por danos morais, tendo em vista o disciplinado no artigo 5º, X, da Constituição da República Federativa do Brasil, “são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito a indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação”.

Além da indenização por danos morais, o Tribunal Superior do Trabalho tem se posicionado no sentido de que, comprovada a dispensa discriminatória, cabe reintegração do obreiro, pois a dispensa discriminatória fere garantias constitucionais elementares, como o direito de livre manifestação do pensamento, de acesso à informação e o de manter suas convicções políticas sem sofrer privações de direitos³.

Neste diapasão, a subordinação do empregado às determinações do empregador deve se pautar pelo princípio da dignidade da pessoa humana, já que o poder diretivo do empregador não é absoluto. O trabalhador tem o direito de usufruir dos seus direitos políticos, sendo a cidadania a base da sociedade democrática e do Estado Democrático de Direito.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos termos que foi discorrido, se verifica que o atual cenário político do país contribui para o assédio político no ambiente de trabalho. A subordinação a qual está submetida o empregado é jurídica e se caracteriza de forma objetiva, ou seja, não opera sobre a pessoa do empregado. Desse modo, o empregador que obriga o empregado a participar de manifestação política está cometendo uma violência contra

³ TST - AIRR: 616408420075230004 61640-84.2007.5.23.0004, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 09/02/2011, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/02/2011. Disponível em: <http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18178517/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-616408420075230004-61640-8420075230004>. Acesso em 25/08/2019; e TRT-3 - RO: 00933201204203004 0000933-18.2012.5.03.0042, Relator: Denise Alves Horta, Oitava Turma, Data de Publicação: 16/08/2013 15/08/2013. DEJT. Página 113. Disponível em: <http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/124106872/recurso-ordinario-trabalhista-ro-933201204203004-0000933-1820125030042>. Acesso em 25/08/2019.

o cidadão, ferindo o princípio da dignidade da pessoa humana e extrapolando seu poder diretivo, fiscalizatório ou disciplinar.

Verifica-se no presente estudo que o poder diretivo do empregador não é absoluto, pois não existem razões de ordem ética, moral ou legal capazes de permitir o acolhimento da ideia de que o empregado tenha suprimido seus direitos fundamentais.

Desta forma, caso a subordinação jurídica seja descumprida, ocorrendo o uso exacerbado, desarrazoado ou desproporcional do poder diretivo, fiscalizatório ou disciplinar pelo empregador, configura-se a possibilidade de rescisão indireta do contrato de trabalho.

Faz-se necessário ter em mente o conceito emancipatório de cidadania, pois o pleno exercício de direitos políticos significa, acima de tudo, a inserção do indivíduo em uma comunidade, o direito a ter direitos e de participar do exercício do poder, promovendo e desenvolvendo o princípio da dignidade da pessoa humana.

Em que pese o atual cenário de conflito político, o poder diretivo do empregador é limitado. Assim, é possível concluir que o empregador tem que respeitar a livre manifestação de pensamento do empregado, já que a própria essência da democracia é a pluralidade e diversidade de opiniões e pensamentos.

Caso se configure o assédio político por parte do empregador, abusando de seu poder de direção, cabe ao empregado pleitear reparação por danos morais, além da reintegração, caso seja comprovada a dispensa discriminatória.

Ainda, a dispensa discriminatória fere as garantias constitucionais elementares, como o direito de livre manifestação do pensamento, do acesso à informação e o de manter suas convicções políticas sem sofrer privações de direitos.

Por fim, percebe-se que o empregador tem o direito de rescindir unilateralmente o contrato de trabalho, porém tal dispensa não pode ser discriminatória, nem se fundar na convicção política do empregado, se não estaria configurado o assédio político, por parte do empregador. Ressaltando que essa modalidade de assédio atinge em cheio a liberdade de convicção política, a livre escolha dos governantes, a democracia e a moralidade.

5. REFERÊNCIAS

AFONSO DA SILVA, José. **Curso de Direito Constitucional positivo**. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2006.

BARROS, Alice Monteiro. **Curso de Direito do Trabalho**. 4. ed. rev. e ampl. São Paulo: LTr, 2008.

BELMONTE, Alexandre Agra. **Ministro Alexandre Agra Belmonte fala sobre a liberdade de expressão no trabalho**. Âmbito Jurídico, 2012. Disponível em: <http://ambito-juridico.jusbrasil.com.br/noticias/100193861/ministro-alexandre-agra-belmonte-fala-sobre-a-liberdade-de-expressao-no-trabalho>. Acesso em: 25 ago. 2019.

BUENO, Douglas Aparecido; FERREIRA, José Natanael. **O conceito de cidadania e as relações jurídicas intersociais**. Boletim Jurídico, Uberaba/MG, a. 14, nº 752. Disponível em <https://www.boletimjuridico.com.br/artigos/direitos-humanos/2362/o-conceito-cidadania-as-relacoes-juridicas-intersociais>. Acesso em 27 ago. 2019.

BRASIL. Tribunal Superior do Trabalho. TST - AIRR: 616408420075230004 61640-84.2007.5.23.0004, Relator: Mauricio Godinho Delgado, Data de Julgamento: 09/02/2011, 6ª Turma, Data de Publicação: DEJT 18/02/2011. Disponível em: <http://tst.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/18178517/agravo-de-instrumento-em-recurso-de-revista-airr-616408420075230004-61640-8420075230004>. Acesso em 24/08/2019.

_____. Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região. TRT-3 - RO: 00933201204203004 0000933-18.2012.5.03.0042, Relator: Denise Alves Horta, Oitava Turma, Data de Publicação: 16/08/2013 15/08/2013. DEJT. Página 113. Disponível em: <http://trt-3.jusbrasil.com.br/jurisprudencia/124106872/recurso-ordinario-trabalhista-ro-933201204203004-0000933-1820125030042>. Acesso em 24/08/2019.

COUTINHO, Aldacy Rachid. **O poder punitivo trabalhista**. São Paulo: LTr, 1999.

DELGADO, Mauricio Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 15. ed. São Paulo: LTr, 2016.

FERREIRA FILHO, Manoel Gonçalves. **Direitos humanos fundamentais**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2000.

Filosofia do Direito: a cidadania em Rousseau e Marx. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=488. Acesso em: 24 ago. 2018.

GOMES, José Jairo. **Direitos Políticos**. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, Belo Horizonte, n. 100, p. 103-130, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.pos.direito.ufmg.br/rbepdocs/100103130.pdf>. Acesso em 27 ago. 2019.

GOMES, Orlando; GOTTSCHALK, Elson. **Curso de Direito do Trabalho**. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1987.

KINZO, Maria D'Alva. **A democratização Brasileira: um balanço do processo político desde a transição**. São Paulo: Scielo Brasil, 2002. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000400002. Acesso em: 25 ago. 2019.

MAZZUOLI, Valério de Oliveira. **Direitos humanos, cidadania e educação: do pós-segunda guerra à nova concepção introduzida pela Constituição de 1988**. *Revista Diálogo Jurídico*, Salvador, Centro de atualização Jurídica, v. I, nº. 4, julho, 2001. Disponível em: <http://www.direitopublico.com.br>. Acesso em: 26 ago. 2019.

MELHADO, Reginaldo. **Poder e sujeição:** os fundamentos da relação de poder entre capital e trabalho e o conceito de subordinação. São Paulo: LTr, 2003.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MIRANDA DA SILVA, Aarão. **Rescisão indireta do contrato do trabalho**. São Paulo: Revista âmbito Jurídica, 2008. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2506. Acesso em: 25 ago. 2019.

NASCIMENTO, Nilson de Oliveira. **O poder diretivo do empregador e os direitos fundamentais do trabalhador na relação de emprego**. São Paulo, 2008. Tese de Doutorado. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/teste/arqs/cp063483.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2019.

OLIVEIRA, Paula Julieta Jorge de. **A Cidadania é para todos**. Direitos, deveres e solidariedade. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 15, n. 2517, 23 maio 2010. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/14885>. Acesso em: 25 ago. 2019.

RAMOS FILHO, Wilson. **Direito, economia, democracia e o sequestro da subjetividade dos juslaboralistas**. Revista do TRT da 9ª Região, Curitiba, 2001.

_____. **Trabalho e regulação no Estado Constitucional**. Curitiba: Juruá, 2010.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Brasil ainda pode evitar o “novo” golpe**. Outras Palavras, 2016. Disponível em: <http://outraspalavras.net/brasil/boaventura-no-brasil-havera-tempo-contra-o-golpe/>. Acesso em: 25 ago. 2019.

Centro Universitário

RELIGIÃO E RELIGIOSIDADE NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: SECULARIZAÇÃO, ATEISMO E FUNDAMENTALISMO

Robson Stigar¹
Vanessa Roberta Massambani Ruthes²

Resumo: O presente artigo tem por objetivo refletir sobre a concepção de religião no Estado laico contemporâneo, bem como analisar o seu relacionamento com este Estado, tendo em vista uma ambiguidade a discutir: se a religião pertence ao foro público ou se pertence ao foro íntimo, mesmo estando presente na sociedade secularizada. Em linhas gerais, acreditamos que a religião continua pertencendo a esfera pública, embora a modernidade tenha tentado e ainda tente colocá-la no esfera privada. Entendemos que embora a modernidade tenha apresentado a religião como algo do foro íntimo, da pessoa, a mesma sempre foi do foro público e nunca deixará de ser. Acreditamos que o Brasil não é um Estado totalmente laico, pois possui razoável aproximação com o meio eclesiástico, comprometendo assim os princípios do Laicismo e da Laicidade, que deveriam ser respeitados pelo Estado Moderno.

Palavras Chave: Estado, Modernidade, Religião, Secularização.

Abstract: This article aims to reflect on the conception of Religion in the contemporary lay state, as well as to analyze its relationship with this State, considering that we have an ambiguity to discuss, whether Religion belongs to the public forum or belongs to the intimate forum, even being present in secularized society. In general terms we believe that Religion continues to belong to the Public sphere, although Modernity has tried and still tries to place it in the private sphere. We understand that although modernity has presented religion as something of the Intimate Forum of the person, the same, it has always been of the public Forum and will never cease to be. We believe that Brazil is not a totally secular state, because it has a reasonable approximation with the ecclesiastical milieu, thus compromising the principles of secularism and secularism that should be respected by the Modern State.

Keywords: State, Modernity, Religion, Secularization.

INTRODUÇÃO

O início do século XXI apresenta uma explosão de novas formas de religiosidade que, ao mesmo tempo que enfatizam a questão do Transcendente, renegam as esferas constitucionalizadas da religião. Ou seja, vivemos um processo de decline institucional, denominado de Secularização da Religião, no qual a Transcendência e a Espiritualidade são valorizadas; entretanto, as instituições religiosas em si são desconsideradas.

O tema da secularização, principalmente após o fim da II Guerra Mundial, tem se ampliado de forma considerável no pensamento Ocidental. Este pode ser relacionado com diversas esferas da sociedade: jurídica, política, social, científica, filosófica, artística, econômica, moral e religiosa. Neste processo emergente e

¹ Doutor em Ciência da Religião – Professor na Faculdade Herrero, E-mail: robsonstigar@hotmail.com

² Doutora em Teologia – Professora na faculdade ISULPAR, E-mail: vanessa_ruthes@yahoo.com.br

constante de secularização, é natural a aceitação da retirada de símbolos religiosos presentes na chamada esfera pública, bem como da ausência da prática religiosa nestes espaços, não só em respeito ao Estado Democrático de Direito, mas também em respeito ao pluralismo e diversidade religiosa presente cada vez mais nas sociedades contemporâneas, que se apresentam com uma nova identidade, denominada de Espiritualidade Laica (DELUMEAU, 2002, p. 87)

Neste sentido, apresentamos o presente artigo justamente para refletir e debater junto ao meio acadêmico sobre a questão da Sociedade Secularizada, a relação da Religião com a Alienação; refletiremos a religião como pública, diferente da religiosidade que é tida como algo particular, dentre outras temáticas que demonstram a concepção de Religião e Religiosidade no Estado laico brasileiro contemporâneo, refletindo assim se a religião pertence ao foro público ou se a mesma pertence ao foro íntimo.

A SOCIEDADE SECULARIZADA

No Brasil, o último Censo realizado no ano de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), denotou o crescimento da liberdade religiosa, um declínio da religião tradicional, a ascensão das pessoas declarantes como não fidelizadas a uma religião, dentre outros.

Segundo Pierucci (2013), estes dados demonstram que também o Brasil passa por um processo de secularização religiosa, que desenha “com números sólidos a rota sem volta de uma destradicionalização cultural (...) de um pós-tradicional sem rumo, vivido também no campo religioso” (PIERUCCI. 2013, p. 60).

Nesta perspectiva situacional, cabem às religiões e às teologias uma reflexão profunda não somente das raízes da secularização e de suas consequências, tendo em vista que são de caráter global, mas também de que forma pode-se estabelecer um relacionamento dialógico entre ambas.

Taylor (2010) cita a Reforma Protestante e o processo de desencantamento do mundo descrito por Max Weber (2004) como os principais impulsionadores da secularização moderna; além disso, o surgimento de uma sociedade disciplinar permitiu que não houvesse mais necessidade de Deus para manter a ordem social, pois, o homem é um ser racional capaz de manter a ordem do mundo por si mesmo.

Neste cenário insurge a Reforma, movimento que, pressuposto na fé e na graça questionou a hegemonia espiritual do cristianismo romano. Dentre as várias consequências deste processo é importante salientar a abertura “para o pluralismo religioso, depois para o ceticismo e, por fim, a um completo rompimento na visão de mundo cristã” (TARNAS, 2000, p. 262.).

Na perspectiva de Berger (1971), a Religião entra no campo da secularização enquanto processo através do qual os setores da sociedade e da cultura são subtraídos à autoridade das instituições religiosas e respetivos símbolos. Por conseguinte, há uma perda da importância da instituição religiosa em prol de outras que oferecem semelhante satisfação das necessidades, mesmo que numa lógica distinta.

Neste sentido, no plano das sociedades avançadas, estas funções latentes tornaram-se pluralistas nas suas dimensões culturais e religiosas, pelo que a religião tem vindo a perder o seu domínio sobre as atitudes morais, uma vez que, por um lado, as ciências naturais desenvolveram-se e encontraram uma resposta validada e comprovada para a ordem natural, tendo abolido alguns dos pensamentos religiosos; e, por outro lado, os governos regulam as suas decisões por diferentes pontos de vista que não apenas o religioso.

Segundo Chaves (1998), secularização refere-se, portanto, ao declínio da autoridade social da religião e não das manifestações religiosas, isto é, da presença, ausência da crença, organização ou ritual religioso. Trata-se de um projeto social desenvolvido por alguns atores e, também, pela resistência de outros, que veem na secularização um fim em si mesma, ao invés de um processo.

Segundo Taylor (2010), o mundo fundamentado na existência de Deus, de um cosmos, de um reino ou comunidade foi suplantado pela dinâmica da secularização. O desencantamento derivado desta é que sustenta o desaparecimento da presença de Deus e a recolocação do Eu do ser humano como fundamento. Nesta mesma linha de análise, Gauchet (2005), que compreende a religião como eixo organizador da sociedade ocidental, afirma que a separação de Deus em relação ao mundo – por meio de um processo de desencantamento – promove a emersão do humano como sujeito do conhecimento e da ação

Por fim, Weber apresenta a questão da riqueza como o grande motivador do processo de secularização da Modernidade, já que o aparato institucional no qual a

Igreja promovida era violentamente contrário ao enriquecimento e tinha isso como usura, sendo assim desnecessários separar a igreja do Estado, pois isto interessava à burguesia. Também aborda a temática da secularização quando se refere em suas obras ao grande processo de racionalização da sociedade moderna que proporcionou um desencantamento do mundo.

RELIGIÃO E ALIENAÇÃO

Segundo Max Weber a religião é uma forma de alienação, pois por meio dela a sociedade oculta seu caráter de construção humana. Como tal, sua ordem é relativa e precária, uma vez que pode ser transformada por um ato de vontade ou decisão. Reconhecer-se como produto humano não permitiria que fosse legitimada e aceita pelas novas gerações. Para o autor a religião, na medida em que produz a perda da consciência de que o mundo humano é um mundo socialmente criado e mantido, constitui-se no agente privilegiado da falsa consciência e da alienação. Embora use estes últimos termos, sua análise nada tem de marxista, pois o que se oculta não é a dominação de classe, mas o caráter social da construção da sociedade.

No entender de Max Weber é necessário quebrar não só o feitiço, mas o poder do feitiço sobre a mente das pessoas que foram estabelecidas culturalmente pelas forças ocultas do capitalismo, infiltradas nas instituições e crenças religiosas, promovendo coesão social. Max Weber sempre incluiu a relação classe social ou tipo de religião em suas análises, como afinidades eletivas: a magia como característica do campesinato; entre as classes médias citadinas e as profecias éticas; entre a burguesia e o proletariado e a indiferença religiosa, embora a primeira tenha se identificado ao protestantismo ascético em suas origens e o segundo, em casos de ameaças de espoliação, tenha aderido a religiões salvacionistas.

Por outro lado, no caso das teodiceias, Weber também se preocupou em relacioná-las às condições sociais de seus agentes, tal como aparecem na dicotomia teodiceia da felicidade, dos ricos e felizes demandando por legitimação, e a do sofrimento, dos pobres e infelizes demandando por salvação. Mesmo no caso do hinduísmo, Weber relaciona o sistema de castas à que seria a mais eficiente teodiceia jamais produzida pela humanidade, a doutrina do Karma.

A compreensão do desenvolvimento da sociedade capitalista passa necessariamente pelo aprofundamento de um entendimento da celebre obra de Weber; se outros em períodos anteriores já haviam apontado alguns motivos para a expansão do capitalismo, é com a ética protestante e o espírito do capitalismo que aparece pela primeira vez um nexos entre desenvolvimento econômico e religião. (DERRIDA, 2000, p. 108)

Sua originalidade se mostra, sobretudo, no entendimento das razões fundamentais que aparecem para que o capitalismo triunfe com maior rapidez e profundidade nas sociedades protestantes. Max Weber conseguiu captar em sua essência a motivação do espírito protestante e apresentou esse modo de vida com precisão ao expor seu nexos com o acúmulo de bens e no zelo pelo trabalho.

Nunca antes o conceito de trabalho esteve próximo como agora da rígida relação com Deus, o zelo pelo trabalho sendo entendido como uma condição essencial para o sucesso e a graça somente oferecendo-se aos que se empenham em trabalhar para louvar ao senhor. Assim sendo, Helferich destaca que:

seu principal interesse diz respeito ao processo histórico fundamental por ele chamado de desencantamento do mundo. Essa expressão refere-se à progressiva racionalização e cientificação de todas as esferas do trabalho, da natureza, do conhecimento e da vida em geral. O fato histórico decisivo nesse longo processo foi o surgimento da sociedade burguesa (HELFERICH, 2006, p. 399).

Desta forma, entendemos ser importante averiguar com mais profundidade os argumentos apresentados por Weber acerca do pujante desenvolvimento do capitalismo nas sociedades protestantes e sua relação com a expansão e suas motivações. Para evocar a recepção no Brasil da definição weberiana de secularização faz-se necessário retomar a conceituação de um pensador brasileiro de extrema envergadura no campo da sociologia da religião (GIUMBELLI, 2008, p. 41)

Segundo Pierucci:

ao escrever o presente ensaio, no qual pretendo, modesta mas decididamente, defender a necessidade inadiável de reabrirmos hoje no Brasil, entre os sociólogos da religião, a discussão conceitual do problema da secularização e arguir da utilidade de nos enfrentarmos de novo e seriamente com os velhos significados com os quais a coisa se pôs de pé, nos quais se levantou a questão (PIERUCCI, 1998: v13, p. 37).

Procura-se, desta forma, uma aproximação do sentido adotado por Weber em sua obra fundamental. Entendemos que seja importante situar a questão, ou seja:

O subtítulo deste ensaio remete a uma polissemia. No caso da secularização, a não explicitação da sutil multiplicidade de sentidos que acompanha o uso do termo desde suas origens tem atrapalhado seriamente a discussão do tema e desviado a atenção para aspectos não fundamentais da coisa. Evocar, portanto, a bem-humorada frase de Habermas faz evocar, junto, o tema de sua conferência e termina por se ajustar feito luva ao próprio conteúdo deste ensaio. Uma vez que a discussão do conceito weberiano de secularização necessariamente invade o terreno da conceituação de legitimidade, do tratamento teórico dos problemas de legitimação da autoridade, problemas que todos sabemos recorrentes, permanentes, no Estado moderno (PIERUCCI, 1998: p. 37).

Esclarecer a postura adotada por Weber acerca do desencantamento do mundo e do desenvolvimento do capitalismo nas sociedades protestantes esbarra no conceito de secularização, adotado originalmente pelo autor, e se distancia da multiplicidade de sentidos adotada na realidade brasileira. Assim, “Max Weber pesquisou com maestria as funções que competem à religião ou à concepção de vida do protestantismo nesse processo” (HELFERICH, 2006, p. 399).

Desdobrando-se em um exímio zelo pelas finanças, o modo de vida protestante se consagrou devido ao constante esforço em agradar a Deus mediante os frutos do trabalho. Em outras palavras, “como permanente autocontrole do devoto na recusa ao gozo mundano, a religião protestante é um dos pressupostos mais importantes da conduta racional e capitalista em relação a economia” (HELFERICH, 2006, p. 399).

Nesse mundo desencantado o homem precisa zelar pelas coisas materiais sem usá-las para seu benefício, mas para louvar a Deus tendo sucesso financeiro e profissional.

Para Weber, uma consequência crucial do desencantado é que o mundo não tem mais sentido prévio. No mundo imaginário e no comportamento de um devoto islâmico ou cristão, por exemplo, isso se passava de outra forma. Hoje é o indivíduo que tem de dar esse sentido ao mundo, à vida, à sociedade ou à morte, partindo de si mesmo e responsabilizando-se ele próprio. (HELFERICH, 2006, p. 399)

Pois o modelo de conhecimento puro moderno limita-se a observar os fenômenos demonstráveis. Sobretudo, ele não pode esperar encontrar esse sentido na ciência porque ela está presa à contingência e ao seu método, pode apenas

contribuir com o esclarecimento, uma vez que se encontra amarrada ao empirismo. Portanto, jamais emitira juízo de valor ou conferirá sentido para a existência, seu papel é levar ao esclarecimento da relação entre as coisas (MARTELLI, 1995, p. 55)

Desta maneira, se na idade média prevalecia o conceito de que “el intelecto divino es el principio de todas las cosas” (SARNYANA, in DE BONI, 1996, p. 252), seguindo a ética de Tomas de Aquino, agora o princípio de iniciativa passa a ser do homem, que precisa buscar um sentido para agradar a Deus. Ele não depende de suas obras para ser salvo, mas da graça divina que manifesta a ele na condição de vida que adquirir mediante o zelo pelo trabalho.

Portanto, o intelecto humano é responsável pela busca em agradar a Deus na labuta. Isso aniquila praticamente a concepção de usura que travou o desenvolvimento da sociedade medieval, porque o lucro agora é entendido como uma forma de louvar a Deus que equivale a ser agraciado, abençoado, ter sucesso: Deus o escolheu. O esforço do homem contemporâneo em agradar a Deus e se realizar agora depende somente dele, porque o mundo não tem um sentido prévio. A origem do ascetismo remete aos movimentos reformadores do século XVI.

Segundo Max Weber:

os representantes históricos do protestantismo ascético são, precisamente, os quatro seguintes: (1) o Calvinismo na forma que assumiu na principal área de influência na Europa Ocidental, especialmente no século XVII; (2) o Pietismo; (3) o Metodismo; (4) as seitas que se derivaram do movimento Batista (WEBER, 2005, p. 53).

Assim, nenhum desses movimentos teve desdobramentos independentes, todos estiveram intimamente interligados. Assim sendo Max Weber apresenta que:

a análise da estatística ocupacional de um país de composição religiosa mista traz a luz com notável frequência, um fenômeno que já tem provocado repetidas discussões na imprensa e literatura católicas e em congressos católicos na Alemanha, isto é, o fato de os líderes comerciais e detentores do capital, assim como da mão de obra altamente qualificada, sobretudo do pessoal técnico e comercialmente especializado das modernas empresas, serem preponderantemente protestantes (WEBER, 2005, p. 19).

A preponderância de protestantes seria justamente pela proximidade da superação do conceito de ganho abusivo, direcionando-se para a obrigação de agradar a Deus no trabalho. Isto teria contribuído de modo substancial no avanço e no zelo pelas coisas materiais. O índice de filiação ao protestantismo seria resultado,

portanto, da verificação e da percepção de pujança dos novos adeptos, que vista pelos outros fora motivo substancial de conversão.

o mesmo ocorre com a estatística de filiação religiosa de qualquer parte em que o capitalismo, na época da sua grande expansão, teve a possibilidade de alterar a distribuição social de acordo com as suas necessidades e determinar a sua estrutura social (WEBER, 2005, p.19).

Nesta dimensão, no entender de Weber se os indivíduos forem livres a possibilidade de se realizar tal constatação é maior ainda. Embora conferir toda carga de desenvolvimento e triunfo do protestantismo ao caráter de ligação intrínseca com a religião enquanto mola propulsora seria demasiado desconhecimento das razões históricas que contribuíram substancialmente para tal supremacia do Protestantismo, ou seja:

é verdade que a maior participação relativa dos protestantes na posse do capital, na direção e nos altos escalões no operariado das grandes e modernas empresas comerciais e industriais, pode ser em parte explicada por fatores históricos, que remontam a um passado longínquo, e no qual a filiação religiosa não é uma causa das condições econômicas, mas, de certo modo, aparece como resultado delas (WEBER, 2005, p. 19).

Porque existe também a necessidade de condições prévias, tanto de educação como de posses materiais. No entanto, no que tange ao espírito do capitalismo, o protestantismo potencializou e desenvolveu substancialmente a noção de sucesso pessoal, por um lado, e por outro, a de individualidade modeladora do mundo. A intenção principal era agradar a Deus por intermédio do trabalho e evitar o ócio. A resposta a convergência de desenvolvimento das cidades convertidas no âmbito econômico e religioso possui inúmeras variantes e particularidades.

Para Max Weber, “a emancipação do tradicionalismo econômico aparece indubitavelmente como um fator de apoio à tendência de duvidar da santidade da tradição religiosa, e de todas as autoridades tradicionais” (WEBER, 2005, p. 19). Isto significa que o controle tênue da Igreja Católica foi substituído pelo controle rígido do puritanismo. Assim, se antes não existia um controle rígido sobre a forma de louvar a Deus, visto que a moral católica se desprende da realidade da vida cotidiana, a incorporação dos preceitos do protestantismo representou um fator de coesão social grande sem diluir o indivíduo, dando-lhe as benesses de sua ascense.

Desta forma a ideia de acesse assume fator determinante na medida em que o tempo é dinheiro, o credito gera consumo e renda maior e o dinheiro gera cada vez

mais dinheiro. Dentro desta dinâmica, lembrar constantemente ao indivíduo que ele precisa trabalhar e se esforçar para agradar a Deus o impele a consumir e ter uma produtividade cada vez maior.

Um dos fatores determinantes para o desenvolvimento de algumas sociedades protestantes fora a ligação direta com a noção de que Deus abençoa aqueles que se empenham em trabalhar para agradar a vontade divina. Assim, uma vez que o mundo é desencantado e não possui mais nenhuma determinação prévia, ao indivíduo cabe ao menos fazer a sua parte e da melhor maneira possível.

O trabalho é o modo mais perfeito de ascetismo e de purificação. É levada à risca a máxima paulina de que “quem não trabalha não deve comer”; por outro lado o ascetismo sexual fora direcionado para o matrimônio, “isso porque as relações sexuais são permitidas, mesmo dentro do casamento, como meio desejado por Deus para aumento da sua glória, de acordo com o mandamento Crescei e multiplicai-vos” (WEBER, 2005, p. 87).

Prescreve-se, assim, uma dedicação à vocação, ou seja, “trabalha energicamente em tua vocação” (WEBER, 2005, p. 85). Com efeito, se antes era feita uma rígida tortura psicológica e os pecados da carne eram nefastos, agora o homem deveria se ocupar do trabalho para se purificar das formigações. Em suma, no lugar dos banhos frios e da dieta vegetariana, proposta pelo monarquismo, simplesmente trabalha. Portanto, “a falta de vontade de trabalhar é sintoma da ausência de estado da Graça” (WEBER, 2005, p. 87).

O valor fundamental é o labor secular incessante, pois “o que era ainda mais importante: a avaliação religiosa do infatigável, constante e sistemático labor vocacional secular, como o mais alto instrumento de acesso, e, ao mesmo tempo, o mais seguro meio de redenção da fé e do homem, deve ter sido possivelmente a mais poderosa alavanca da expansão dessa concepção de vida que aqui apontamos como espírito do capitalismo” (WEBER, 2005, p. 94)

A RELIGIÃO É PÚBLICA

Acreditamos que o Brasil não é um Estado totalmente laico, pois possui razoável aproximação com o meio eclesiástico, comprometendo assim os princípios do Laicismo e da Laicidade que deveriam ser respeitados pelo Estado Moderno,

sendo este o mais interessado em preservar este ideal. Porém não é o que acontece na prática, observamos o Estado contribuindo com a presença das religiões no espaço estatal, bem como observamos também as Igrejas buscando apoio Estatal para se protegerem.

Entendemos que embora a modernidade tenha apresentado a religião como algo do foro íntimo da pessoa, a mesma, sempre foi do foro público e nunca deixará de ser. A argumentação é simples e as vezes passa a ser um argumento de senso comum, porém tem sua fundamentação na História, nas teorias sociológicas e na própria Teologia: a religião, para ser religião, necessita de pessoas e pessoas são públicas. Elas se encontram em locais públicos, logo a religião é pública.

O próprio Max Weber destaca, na sua obra “A Ética protestante e o Espírito do Capitalismo”, a influência da religião na vida dos indivíduos e no próprio modo de organização social da sociedade, bem como os seus desdobramentos e consequências para a religião. Entendemos que esta influência que existe da religião na sociedade e da sociedade na religião ocorre pelo fato da religião ser algo público.

OS FERIADOS RELIGIOSOS E O CASAMENTO RELIGIOSO COM EFEITO CIVIL

A instituição do Estado democrático e laico no Brasil deu-se com a Constituição republicana de 1891, que oficializou a separação Igreja-Estado e a liberdade de crença e de culto, estabelecendo a não existência de uma religião oficial por parte do Estado. Em outras palavras, o Estado não teria alçada religiosa, nem promoveria qualquer profissão de fé ou culto religioso. Entretanto, mantiveram-se os feriados religiosos, pois entende-se que os feriados religiosos no Brasil não afrontam os princípios do Estado laico.

Por sua vez, o casamento religioso com efeito civil é aquele que é celebrado fora das dependências do cartório; porém quem preside o ato do casamento não é o Juiz e sim a autoridade religiosa (Padre, Rabino, Pastor). Da mesma forma que o casamento em cartório, este também deve ser realizado de forma pública, a portas abertas durante todo o ato de sua realização. A Constituição atual sancionou a lei 1110/50 de 23/05/1950 que determina que o casamento religioso tenha efeitos civis. O casamento religioso com efeito civil pode ser realizado em qualquer parte do Brasil, basta os noivos pedirem ao cartório que deram entrada no casamento a certidão de

habilitação, que deverá ser encaminhada à Igreja que realizará a cerimônia, para que possa ser feito o Termo de Religioso com efeito civil.

A MOEDA E A IMUNIDADE FISCAL

Outra expressão religiosa no Estado é a expressão “Deus seja louvado” nas cédulas do Real, que promovem calorosos debates no senso comum junto aos menos esclarecidos e outras discussões eruditas no meio eclesial, acadêmico e jurídico da sociedade brasileira.

“Deus seja louvado” é uma expressão presente em todas as cédulas de Real, muito discreta por sinal, passando quase despercebida. Esta frase está expressa desde a década de 80, quando o então presidente da República, José Sarney, católico praticante, solicitou ao Banco Central que ela fosse incluída na moeda brasileira. Apesar de várias discussões e solicitações por setores laicistas da sociedade civil, de que a frase seja removida, ela continua a ser impressa pelo Banco Central até os dias de hoje, mesmo sem ter um dispositivo legal que regulamente esta questão.

Outra temática polemica que aproxima o Estado e a Religião é a imunidade fiscal para as Igrejas. A Constituição Federal de 1988, no artigo 150, estabelece que;

[...] Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios [...], [...] VI – instituir impostos sobre: a) [...]; b) templos de qualquer culto [...], § 4º, “As vedações expressas no inciso VI, alíneas b e c, compreendem somente o patrimônio, a renda e os serviços relacionados com as finalidades essenciais das entidades nelas mencionadas. (BRASIL, p. 108, 1988).

As igrejas, de qualquer linha, são imunes ao recolhimento do IRRF (Imposto de Renda). Estas instituições também não têm que pagar Imposto de Renda sobre o valor obtido com doações, mesmo se envolverem imóveis, veículos ou joias.

Em alguns estados, as igrejas também são isentas de alguns tributos estaduais, como o IPVA (Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores), basta o veículo estar no nome de uma instituição religiosa e requerer a isenção do tributo, nada muito burocrático. Há também a isenção de IPTU (Imposto Predial Territorial Urbano), partindo da prerrogativa do artigo 150 da atual Constituição promulgada em 1988.

Essa isenção acontece porque os templos religiosos são considerados entidades isentas ou imunes. É a própria Carta Magna que concedeu às Igrejas, de

qualquer confissão religiosa, a “prerrogativa da imunidade” relativa aos impostos, ou seja, é proibido ao poder público, seja em nível Federal, Estadual ou Municipal, instituir impostos que incidam sobre seus templos, independente da orientação espiritual adotada pela instituição de fé.

FILANTROPIA E AS INSTITUIÇÕES RELIGIOSAS

Outra ação que aproxima Estado da religião trata das instituições religiosas de fundo social que recebem recursos financeiros por parte do Estado para realizarem suas obras sociais. Temos, por exemplo, a Pastoral da Criança, como uma pastoral social de uma instituição religiosa que recebe recursos financeiros por parte do Estado em prol do trabalho social que deveria ser realizado pelo próprio Estado.

Não restam dúvidas que a ação social da Pastoral da Criança seja uma ação benéfica e que a mesma seja relevante para o enfrentamento das desigualdades sociais. No entanto, a mesma não deixa de trazer prejuízos para a sociedade diante dos ideais de um país republicano e laico, pois afronta estes princípios que deveriam ser garantidos pelo estado moderno.

O próprio Supremo Tribunal Federal firmou jurisprudência, ou seja, decisão definitiva, especificando que “templo” não é só o espaço físico do culto religioso, e sim todos os bens da organização religiosa, os quais devem estar registrados em nome da Igreja - pessoa jurídica de direito privado, desde que, de forma direta, estejam também a serviço do culto, escola dominical, ensaio de coros, dentre outros.

SOB A PROTEÇÃO DE DEUS

A Constituição Brasileira de 1988 consagra como direito fundamental a liberdade de religião. O Estado deve proporcionar a seus cidadãos um clima de perfeita compreensão e harmonia religiosa, sem intolerância, fanatismo e fundamentalismo.

Em outras palavras, não deve existir, em hipótese alguma, uma religião oficial, bem como nenhuma manifestação religiosa por parte do Estado, mas pelo contrário, garantir o livre exercício de todas as crenças religiosas e até mesmo as não crenças.

Entretanto, na mesma Constituição, temos a seguinte expressão religiosa: “sob a proteção de Deus”, presente em seu preâmbulo, que acaba por contradizer os princípios do Estado laico.

Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da república Federativa do Brasil (BRASIL, p. 11, 1988).

Como podemos ver, está expressa no preâmbulo da Constituição a palavra ‘Deus’, fazendo com que todo o texto constitucional tenha validade ‘sob a proteção de Deus’, ou seja, esta intrínseco o viés confessional.

Diante disso, dizer que o texto constitucional é laico é uma falácia, pois a promulgação da Constituição Federal foi realizada com os princípios Cristãos. Diante do fato da própria Constituição Nacional não ser laica, não se pode esperar que o Estado onde vigore tal Constituição também seja laico.

OS SÍMBOLOS RELIGIOSOS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

A questão dos símbolos religiosos em instituições públicas (poder judiciário, escolas, rodoviárias, hospitais), além de ser uma questão polêmica, também vem sendo objeto de muita discussão acadêmica e jurídica. Diversas entidades da sociedade civil postulam a retirada dos crucifixos e de outros símbolos religiosos atualmente expostos nos espaços públicos do Poder Judiciário, fundamentando tal pedido no artigo 19 da Constituição Federal e no fato de ser o Brasil um Estado laico.

O artigo 19 da Constituição Federal de 1988 veda expressamente à União, Estados e Municípios estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar seu funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança, ressalvada, na forma da lei, a colaboração de interesse público.

A utilização de símbolos religiosos vem sendo constantemente criticada pelo fato de, neste símbolo, estar intrinsecamente presente uma determinada religião. Por exemplo, o crucifixo é símbolo próprio da fé cristã. No Brasil, ele é relacionado

principalmente à igreja católica, que historicamente tem representado a religião dominante no país.

O Estado também tem o dever de preservar o tratamento igualitário entre todas as crenças, por conta desta argumentação e princípio legal e moral, a presença de um símbolo de uma religião específica (seja ele um crucifixo, uma estrela de Davi) em uma instituição pública revela a predileção do Estado em relação a uma religião em especial, preterindo as demais. Isso não pode acontecer em um Estado democrático, laico e plural.

Não restam dúvidas que a questão do uso de símbolos religiosos passa pela questão cultural. Entretanto esta mesma justificativa não se sobrepõe aos princípios e ideais do Estado Laico; pelo contrário, se persistimos com o uso dos símbolos religiosos em instituições públicas estaremos incentivando o fundamentalismo religioso, já que as outras instituições religiosas não possuem a barganha que a Igreja Católica possui com relação a manutenção dos símbolos religiosos em espaço público.

AS CAPELAS CONFESSIONAIS EM INSTITUIÇÕES PÚBLICAS

Por uma questão cultural, permitiu-se que imagens religiosas e capelas consagradas permanecessem em algumas instituições públicas espalhadas em várias regiões do Brasil. Esta temática gera inúmeras discussões sobre a existência de capelas confessionais, tais como: nos hospitais, no exército, na polícia militar, nas universidades, nas secretarias de educação e até mesmo em rodoviárias. A construção de capelas em hospitais, rodoviárias e outros espaços públicos acabam sendo financiadas com o dinheiro dos cidadãos brasileiros que foram arrecadados por meio de impostos.

As capelas de hospitais públicos são e sempre foram locais públicos, colocadas à disposição de quem quer que queira ali entrar para fazer sua oração, seu culto a Deus, independentemente da religião a que estejam ligados. Assim sendo, não podem ter um direcionamento desta ou daquela religião, seja por imagem, símbolos ou mesmo por um Padre, Pastor, Rabino, dentre outros líderes religiosos, pois estas ações afrontam os princípios do estado laico e do pluralismo religioso que o próprio Estado deve respeitar.

O ENSINO RELIGIOSO CONFSSIONAL

O Estado e a escola têm um compromisso ético com a educação, com a sociedade e com as religiões. Compete ao Estado garantir que a escola, seja qual for sua natureza, ofereça o ensino religioso ao educando, respeitando as diversidades de pensamento e opção religiosa e cultural, contribuindo assim para que o ensino religioso expresse sua vivência ética pautada pela dignidade humana.

O ensino religioso deve estudar as diferentes manifestações religiosas, culturas e tradições religiosas, enfatizando a dimensão do sagrado; isso contribui também para a própria formação dos valores humanos e da cidadania e a compreensão da diversidade cultural religiosa. Nessa perspectiva, essa área do conhecimento sobre o fenômeno religioso favorece a vivência em meio à diversidade e ao exercício do diálogo.

A Constituição brasileira, em seu artigo 210, §1º, cedeu ao lobby dos teocratas e determinou que: “O ensino religioso será de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”. Porém para que este componente curricular não afronte os princípios e ideais do Estado laico é preciso que a epistemologia do ensino religioso esteja voltada para a fenomenologia religiosa e não para a confessionalidade, como ocorre em alguns Estados e municípios.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem dúvidas a laicidade é um dos grandes temas da Modernidade. Por um lado, o Estado deve garantir a liberdade religiosa do cidadão, garantindo o direito de exercer a sua religiosidade; por outro lado deve garantir que o Estado não seja religioso nem tenha poder religioso, que adote nenhuma religião.

Como vimos no decorrer do artigo, o século XXI vem apresentando uma explosão de novas formas de religiosidade que ao mesmo tempo que enfatizam a questão do transcendente, renegam as esferas constitucionalizadas da religião. Em outras palavras temos um declínio da instituição religiosa e não da religiosidade. Denominamos esse processo de secularização da religião. Neste processo emergente

e constante de secularização, é natural a aceitação da retirada de símbolos religiosos presentes na chamada esfera pública, bem como da ausência da prática religiosa nestes espaços, não só em respeito ao Estado democrático de direito, mas também em respeito ao pluralismo e diversidade religiosa presente cada vez mais nas sociedades contemporâneas, que se apresentam com uma nova identidade, denominada de espiritualidade laica.

Assim sendo o Estado permanece numa situação crítica, desconfortável e delicada diante dos princípios da laicidade do Estado e do pluralismo religioso, que deve regular por meio da legislatura do Poder público o direito a experiência religiosa individual do cidadão seja ela exteriorizada no espaço público ou privado, mas sem haver uma tendência religiosa.

REFERÊNCIAS

- BERGER, P. **O Dossel Sagrado**. São Paulo: Paulinas, 1971.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. In: D.O.U. de 05/10/1988. Brasília, 1988.
- CHAVES, M. **In Appreciation of Karel Dobbelaere on Secularization**. In Rudi Laermans; Bryan Wilson; Jaak Billiet (orgs.), *Secularization and Social Integration*. Leuven: Leuven University Press, 3-5. 1998.
- DERRIDA, J.; VATTIMO, G. (Orgs). **A Religião**. São Paulo: Estação Liberdade, 2000.
- DELUMEAU, J. Apud. LIBANIO, J. B. **A Religião no Início do Milênio**. Ed. Loyola. São Paulo, Brasil, 2002.
- GAUCHET, Marcel. **La religion dans la démocratie: Parcours de la laïcité**. Paris: Gallimaard, 2005.
- GIUMBELLI, E, **A presença do religioso no espaço público: modalidades no Brasil**. In: *Religião e Sociedade*, vol. 28 nº.2, Rio de Janeiro, 2008.
- HELFERICH, C. **História da Filosofia**. São Paulo. Martins Fontes. 2006.
- MARTELLI, S. **A religião na sociedade pós-moderna: entre secularização e dessecularização**. Tradução de Euclídes Balancin. São Paulo: Paulinas. 1995.
- PIERUCCI, A. F. **O crescimento da liberdade religiosa e o declínio da religião tradicional: a propósito do Censo de 2010**. In: TEIXEIRA, F., *Religiões em movimento – O Censo de 2010*. Petrópolis: Vozes, 2013

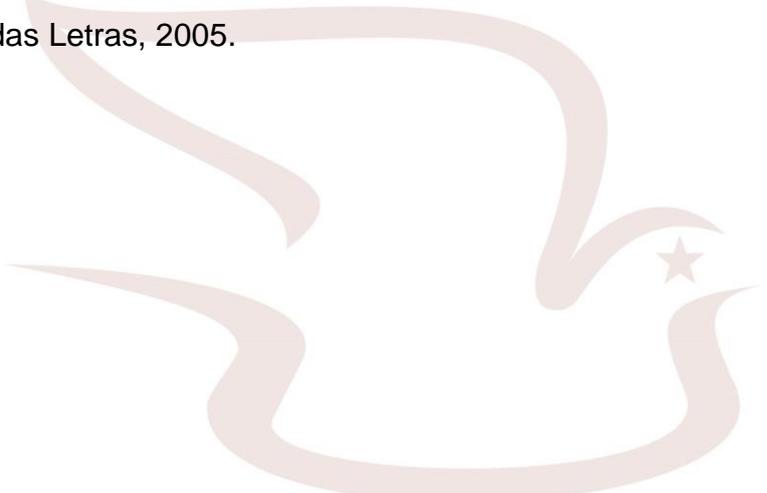
PIERUCCI, A. F. **Secularização em Max Weber. Da contemporânea serventia de voltarmos a acessar aquele velho sentido.** *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 13 (37), São Paulo, EDUSP, jun 1998.

SARANYANA, Josep-ignasi. In: DE BONI, L. A. (Org.). **Idade Média: ética e política.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

TAYLOR, C. **Uma era Secular.** São Leopoldo. UNISINOS. 2010.

TARNAS, R. **Epopeia do Pensamento Ocidental: para compreender as ideias que moldaram nossa visão de mundo.** Trad. Beatriz Sidou. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

WEBER, M. **A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo.** São Paulo. Companhia das Letras, 2005.



Uniguacu
Centro Universitário

VIOÊNCIA CONTRA A MULHER: UMA ANÁLISE A PARTIR DA REALIZAÇÃO DE ACONSELHAMENTO PSICOLÓGICO NA COMARCA DE UNIÃO DA VITÓRIA/PR

Alessandra Weisshaar¹ - Uniguaçu
psi-alessandraweisshaar@uniguacu.edu.br
Amanda Ariel Amazonas² - Uniguaçu
psi-amandaamazonas@uniguacu.edu.br
Ana Paula Correa³ - Uniguaçu
psi-anacorrea@uniguacu.edu.br
Eduarda Lopedote⁴ - Uniguaçu
psi-eduardalopedote@uniguacu.edu.br
Giorgia Bacci Araujo⁵ - Uniguaçu
psi-giorgiaaraujo@uniguacu.edu.br
Laíza Koguta⁶ - Uniguaçu
psi-laizakoguta@uniguacu.edu.br
Luiza da Rosa⁷ - Uniguaçu
psi-luizarosa@uniguacu.edu.br
Rita Leck⁸ - Uniguaçu
psi-ritaleck@uniguacu.edu.br
Yasmin Ynajara Bembe Zenaro⁹ - Uniguaçu
psi-yasminzenaro@uniguacu.edu.br
Amália Beatriz Dias Mascarenhas¹⁰ - Uniguaçu
prof_amalia@uniguacu.edu.br

RESUMO: O estudo do presente trabalho teve como função analisar as práticas extensionistas ocorridas no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da comarca de União da Vitória/PR, da Vara da Família e Sucessões e Vara da Infância e Juventude, qual tiveram em sua finalidade a realização do plantão psicológico, visto que, este foi direcionado à mulheres vítimas de violência doméstica residentes nos municípios pertencentes a comarca de União da Vitória, sendo eles: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Porto Vitória e União da Vitória. Com o intuito de ampará-las prontamente no período de angústia, deste modo, as plantonistas forneceram nos atendimentos, suporte psicológico frente às situações de violência doméstica. Segundo Cavalcanti (2005), a violência doméstica é quando uma pessoa do gênero masculino direciona agressão a outra do gênero feminino, e essa agressão pode ocorrer de diversas maneiras. A análise do presente estudo, foi com base nos dados obtidos, em necessidade, por meio dos relatórios realizados pelas plantonistas, quais se referem aos 96 atendimentos ocorridos dentro do plantão. Presente nestes relatórios, 25,1% relata violência física, 28,3% violência moral; 35,4% violência psicológica; 9% violência patrimonial; e 2,2% relatam violência sexual. Pode-se dizer, através do presente estudo, que o número de mulheres vítimas de violência doméstica é elevado, devendo considerar o atual problema como algo que não deve ser entendido de forma individual, mas sim, de modo coletivo, fazendo com que todos busquem compreender o ciclo da violência que acomete diversas mulheres, bem como, combatê-lo, devendo ser

- ¹ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ² Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ³ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ⁴ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ⁵ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ⁶ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ⁷ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ⁸ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ⁹ Acadêmica do 9º período do curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu – Uniguaçu.
- ¹⁰ Psicóloga e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário do Vale do Iguaçu – Uniguaçu.

a sociedade e os órgãos públicos, uma rede de apoio a todas as mulheres vítimas de violência doméstica, as proporcionando melhor qualidade de vida e oportunidade de crescimento pessoal.

Palavras-Chave: Mulheres. Violência. Psicologia.

ABSTRACT: The study of the present work had the function of analyzing the extension practices that occurred in the Psychology sector of Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da comarca de União da Vitória/PR, of Vara da Família e Sucessões e Vara da Infância e Juventude, which had in purpose the realization of the psychological duty, since, this was aimed at women victims of domestic violence, residing in municipalities belonging to the district of União da Vitória, namely: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Porto Vitória and União da Vitória. In order to promptly support them in the period of distress, in this way, the doctors on duty provided psychological support in situations of domestic violence. According to Cavalcanti (2005), domestic violence is when a male person directs aggression to another female, and this aggression can occur in different ways. The analysis of the present study was based on the data obtained, when necessary, through the reports carried out by the duty physicians, which refer to the 96 consultations that occurred within the shift. Present in these reports, 25.1% reported physical violence, 28.3% moral violence; 35.4% psychological violence; 9% patrimonial violence; and 2.2% report sexual violence. It can be said, through this study, that the number of women victims of domestic violence is high, and the current problem should be considered as something that should not be understood individually, but collectively, making everyone seek understand the cycle of violence that affects several women, as well as combat it, and society and public bodies should be a support network for all women victims of domestic violence, providing them with a better quality of life and opportunity for personal growth.

KEYWORDS: Women. Violence. Psychology.

1 INTRODUÇÃO

O atendimento psicológico na modalidade de plantão tem como propósito a disponibilidade de profissionais e/ou estagiários de psicologia sob supervisão para atender sujeitos de uma determinada comunidade ou instituição por um período de tempo definido, no momento exato em que este necessita de ajuda, devendo o plantonista fornecer suporte emocional adequado ao cliente, auxiliando em seu processo de crescimento pessoal, por meio de um espaço acolhedor e de uma escuta qualificada, onde o indivíduo poderá expressar suas angústias e sentimentos (SCORSOLINI-COMIN, 2015), e caso se faça necessário, será encaminhado para os serviços disponibilizados pela rede de proteção municipal, como por exemplo, para a psicoterapia (MAHFOUD, 2012).

Desse modo, com o objetivo inicial de desenvolver a prática do Plantão Psicológico em prol da comunidade, o que segundo Paparelli e Nogueira-Martins (2007), possibilita a aproximação com a realidade local e torna o profissional da psicologia um propulsor de mudança social, o presente artigo relata e analisa o projeto de extensão universitária desenvolvido com mulheres vítimas de violência doméstica a partir da parceria entre o curso de Psicologia do Centro Universitário Vale do Iguaçu

(UNIGUAÇU) e o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da comarca de União da Vitória/PR, realizado no primeiro semestre do ano de 2021.

Assim, o estudo se constitui em uma pesquisa de caráter qualiquantitativo, baseando-se na análise de dados obtidos por meio dos atendimentos realizados semanalmente no referido CEJUSC pelas acadêmicas extensionistas do 5º ano do curso de psicologia, entre os meses de março e julho do corrente ano, nos quais eram realizadas intervenções breves, em sua maioria de forma remota, ante as medidas preventivas adotadas pelo Tribunal de Justiça do Estado do Paraná em virtude da pandemia do novo coronavírus SARS-coV-2 – COVID-19, de modo que os atendimentos presenciais restaram temporariamente suspensos, sendo retomados gradativamente e por meio de agendamento conforme a necessidade da vítima a ser ouvida.

A aplicação do projeto no referido local teve como principal objetivo o acolhimento, a escuta, a oferta de esclarecimentos, orientações e encaminhamentos necessários às mulheres vítimas de violência doméstica encaminhadas ao órgão para atendimento após solicitação de medida protetiva de urgência, posto que em contextos como este, as vítimas perpassam por uma desestabilização familiar e emocional que requer atenção psicológica especializada proporcionada por meio de um espaço compreensivo, o qual possibilitará que a mulher olhe para si e para sua realidade com mais consciência, compreendendo seu papel de sujeito dentro da relação abusiva e tornando mais brando o receio causado pelo rompimento da violência a partir do momento da denúncia, ou em caso de outras demandas, pelo trâmite judicial que muitas vezes se torna emocionalmente desgastante (BORDÃO; ALVES, 2019).

Neste diapasão, o plantão psicológico no âmbito jurídico justifica-se pela importância de espaços que possibilitem a oferta de ajuda e orientação à mulheres vítimas de violência doméstica no exato momento em que estas sentem-se mais fragilizadas, reduzindo seu sofrimento psíquico e facilitando o desenvolvimento de recursos emocionais a fim de evitar sua revitimização, para que a partir de então, sejam efetuados os encaminhamentos necessários a cada caso, tornando mais humano os trâmites judiciais que envolvem esse tipo de demanda (BORDÃO; ALVES, 2019).

Portanto, serão abordados ao longo do presente projeto estudo a conceitualização do atendimento psicológico na modalidade de plantão e a relevância deste tipo de serviço no contexto de violência doméstica, bem como, se buscará explanar a metodologia empregada na aplicação do projeto no local escolhido e apresentar os resultados alcançados com os atendimentos realizados, especificamente os dados relacionados ao perfil sociodemográfico das mulheres atendidas, e também, a natureza das violências sofridas, as motivações que ensejaram na solicitação de medida protetiva de urgência e os encaminhamentos que se mostraram necessários, com o intuito de compreender, refletir e delinear quais demandas relacionadas a violência doméstica mais comumente chegam para atendimento junto a Comarca de União da Vitória/PR.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Cavalcanti (2005) a violência contra a mulher é causada pelo homem contra a mulher, sendo preciso existir a diferença de sexo. Ainda, os agressores podem utilizar diversas formas para executar seus atos, tanto em âmbito público quanto privado.

A OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde) (2017), define a violência contra as mulheres como:

Qualquer ato de violência de gênero que resulta ou possa resultar em danos ou sofrimentos físicos, sexuais ou mentais para as mulheres, inclusive ameaças de tais atos, coação ou privação arbitrária de liberdade, seja em vida pública ou privada.

O número crescente de ocorrências envolvendo violência contra a mulher no Brasil evidenciam a necessidade de se colocar como pauta de discussão entre os saberes intervenções que possam minimizar os efeitos emocionais negativos causados pelas agressões sofridas, independentemente de sua natureza, visto que em sua maioria, causam danos irreversíveis na vida da vítima (CANALLI; ALMEIDA; MENDES, 2018).

Neste sentido, buscando o desenvolvimento de medidas que assegurem um espaço de escuta especializada para mulheres, em muitos lugares, quando efetuada denúncia na esfera criminal, as próprias varas competentes encaminham as vítimas para um primeiro atendimento psicológico, garantindo um espaço de fala,

acolhimento, reflexão e orientação, posto que mesmo sustentadas por uma medida protetiva que impede a aproximação e contato com o agressor, muitas mulheres continuam envolvidas emocionalmente com o parceiro e amarradas a um ciclo de violência (CANALLI; ALMEIDA; MENDES, 2018).

Considerando a fragilidade que implica ser vítima de violência doméstica, a escuta na forma de plantão psicológico torna possível, de imediato, que a mulher usufrua de seu lugar de fala e sinta-se aliviada ao ser ouvida por alguém, em um ambiente onde não há espaço para julgamentos, sendo que nesta oportunidade são orientadas quanto aos seus direitos e recebem informações quanto a situação de violência vivenciada, possibilitando que se sintam mais fortalecidas e seguras após o atendimento. Além disso, o fato de o encontro ser realizado por profissionais e estudantes de psicologia, torna a escuta mais qualificada, facilitando os encaminhamentos necessários para a rede de proteção (FARINHA; SOUZA, 2016).

Neste seguimento, o instrumento principal do plantão psicológico é a escuta, com a posterior reflexão sobre o ciclo de violência, haja vista a crença social de que a violência ocorre apenas quando há agressão física, o que os torna mais passivas no que diz respeito ao fim do relacionamento, assim, torna-se importante identificar o que é violência para a mulher que está sendo atendida, compreendendo sua realidade de forma individual. Contudo, o encontro deve respeitar os sentimentos trazidos pelas mulheres e as decisões a serem tomadas por estas, cabendo ao plantonista apenas ouvir e mediar a reflexão sobre o fenômeno (BORDÃO; ALVES, 2019).

Sendo assim, de acordo com o artigo 7º, da lei 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, as formas de violência contra mulher são: violência física, violência psicológica, violência sexual, violência patrimonial e violência moral. —

A violência física é entendida como qualquer ação que viole a saúde do corpo da mulher (ARTIGO 7º, LEI 11.340/2006). Podendo ser as causas, segundo Moreira, *et.al*, (2008), associadas com o machismo, condições econômicas, alcoolismo ou uso de drogas ou até antecedentes familiares por parte do agressor.

A violência psicológica é qualquer ação que cause danos emocionais, baixa autoestima, prejudique o desenvolvimento, controle suas ações ou comportamentos, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, insulto, chantagem, ridicularização (ARTIGO 7º, LEI 11.340/2006). Segundo Silva, Coelho e Caponi (2007) esta violência envolve atos de agressões por meio de palavras, gestos,

olhares que muitas vezes causam mais danos que a violência física. Contudo, esta violência é negligenciada, pois os dados estatísticos destacam as violências manifestadas mais visíveis, mesmo que, a violência física muitas vezes gere em torno da violência psicológica.

A violência sexual é qualquer ação que force a mulher a manter ou a participar de relações sexuais não desejadas, mediante ameaça, coação, manipulação, uso de força ou que a impeça de usar qualquer método contraceptivo, force a gravidez, aborto ou prostituição (ARTIGO 7º, LEI 11.340/2006). Segundo Oliveira, *et.al*, (2005) a violência sexual pode ser compreendida como estupro, tentativa de estupro, atentado ao pudor, sedução, atos obscenos e assédio, ainda, pode ocorrer junto a outras violências, como física e psicológica.

A violência patrimonial é qualquer ação que configure retenção, subtração e destruição de objetos, documentos pessoais, materiais de trabalho, bens e os valores e direitos ou recursos econômicos, destinados a satisfazer suas necessidades (ARTIGO 7º, LEI 11.340/2006). Segundo Pereira, *et.al*, (2013) este tipo de violência muitas mulheres não identificam e não consideram como tal, ainda, este tipo de violência raramente é separada das demais e muitas vezes é um meio para agredir fisicamente ou psicologicamente a vítima.

A violência moral é qualquer ação que configure calúnia, difamação ou injúria contra mulher (ARTIGO 7º, LEI 11.340/2006). É um conceito que ocorre em uma situação comunicativa hostil, quando uma pessoa ou mais indivíduos coagem uma pessoa, a qual se sente em uma posição vulnerável (HELOANI, 2004).

Ainda, a violência contra a mulher pode ocorrer no âmbito familiar, conhecida como violência doméstica, sendo perpetrada geralmente pelo parceiro, marido, amante, namorado, ex-namorado ou ex-cônjuges. Também pode ocorrer por outros membros da família, como netos, filhos, pais (PEREIRA, 2013).

A violência contra a mulher não escolhe classe social, raça ou nível de educação, é presente em todos os lugares e pode partir de qualquer homem. Contudo, muitas mulheres que sofrem a violência, acham que é uma condição do seu próprio gênero, entendem que sempre foi assim e não possuem condições para mudar a situação, pois esta é a cultura que foi apresentada desde muito tempo (OLIVEIRA, 2001).

De acordo com Echeverria, *et.al* (2017), a violência doméstica é tão comum e tão séria no Brasil, que pode ser um fator que causa mais mortes do que doenças graves como o câncer ou até mesmo situações de guerra ou acidentes de trânsito. Impregnado a isso, existem diversos pensamentos que sustentam essa assimetria entre os gêneros até os dias de hoje, como por exemplo:

O homem é mais resistente fisicamente do que a mulher e, por isso, é mais forte; o homem é ativo, e a mulher, passiva; a mulher, que por natureza gera filhos, está mais ligada à emoção e à subjetividade, enquanto o homem está vinculado à razão e à objetividade, tendo que tomar decisões pelas mulheres; estas estariam mais ligadas ao ambiente doméstico/privado, enquanto o homem está ligado ao espaço público, sendo o provedor da família e tendo autonomia, e a mulher, heteronomia (ECHEVERRIA, *et.al*, 2017) .

Segundo Fonseca e Lucas (2006), estes estereótipos definidos culturalmente relacionados às mulheres, contribuem para a ascensão do machismo e da pressão a subordinação das mulheres em relação aos homens, conseqüentemente o aumento da violência doméstica, trazendo inúmeras conseqüências no âmbito pessoal, profissional e social. Conforme menciona Azambuja; Nogueira (2008) a violência contra as mulheres nem sempre resulta em ferimentos físicos ou morte, a violência doméstica, de diferentes esferas, pode ter prejuízo físico agudo ou crônico, prejuízo cognitivo, social, moral e psicológico (FONSECA; LUCAS, 2006).

Além disso, a violência doméstica pode trazer sintomas como insônia, falta de concentração, falta de apetite e até mesmo problemas de saúde mais sérios como a depressão, ansiedade, transtorno de estresse pós-traumático etc. Como também, resultar em comportamentos autodestrutivos como abuso de álcool e drogas e suicídio (FONSECA; LUCAS, 2006).

Outra área que a violência doméstica pode impactar, é no âmbito profissional da mulher. Uma pesquisa realizada por Echeverria, *et.al* (2017), mostrou que as principais conseqüências no trabalho foram: perda de produtividade, atrasos e absenteísmos. Inclusive, muitas mulheres deixam seus empregos por medo de serem perseguidas ou até mesmo mortas. Nesta mesma pesquisa, as mulheres entrevistadas relataram que o que mais reflete estas conseqüências nas atividades laborais é a falta de concentração devido a violência que estão sofrendo, tristeza, estresse e preocupação excessiva.

Além de prejuízos nas atividades laborais, outro prejuízo pode ser irreversível, o desenvolvimento infanto-juvenil dos filhos. Frequentemente, crianças e

adolescentes presenciam situações de violência doméstica, que por sua vez, observam e interferem na violência, assim como, podem também, sofrê-la (SAGIM, 2008). Por isso é importante no momento do acolhimento à mulher vítima de violência doméstica, verificar se os menores também necessitam de assistência, auxiliando assim, na agilidade do processo de proteção aos filhos (LATTIERRE; NAKANO, 2011).

3 MÉTODO

O presente projeto refere-se à realização de extensão universitária na modalidade de plantão psicológico durante o primeiro semestre de 2021, a qual contou como população escolhida mulheres vítimas de violência doméstica encaminhadas para atendimento no Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da Comarca de União da Vitória/PR que aceitaram participar, sendo excluindo quaisquer outras mulheres que não se encaixam na demanda supracitada, bem como, mulheres que recusaram atendimento. Os resultados obtidos foram retirados dos atendimentos realizados pelas acadêmicas extensionistas, respeitando o sigilo com os dados pessoais das vítimas. A seguir, será abordado de maneira detalhada cada item citado anteriormente.

Local de aplicação

O local escolhido para a aplicação de extensão universitária foi o Centro Judiciário de Soluções de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) da comarca de União da Vitória/PR, situado em anexo à Vara da Família e Sucessões e Vara da Infância e Juventude.

Público Alvo

Os atendimentos foram realizados com 96 (noventa e seis) mulheres vítimas de violência doméstica encaminhadas ao Setor de Psicologia do CEJUSC após a realização de denúncia e solicitação de expedição de medida protetiva. Englobam-se mulheres residentes nos municípios pertencentes a comarca de União da Vitória, sendo eles: Bituruna, Cruz Machado, General Carneiro, Paula Freitas, Porto Vitória e União da Vitória. .

Crítérios de inclusão e exclusão

Como critérios de inclusão, para a efetivação da pesquisa foram selecionadas mulheres, vítimas de violência doméstica, que realizaram denúncia e solicitaram emissão de medida protetiva, encaminhadas ao Setor de Psicologia do CEJUSC, residentes nos municípios considerados pertencentes à comarca de União da Vitória e que, quando contatadas, apresentaram interesse em participar do atendimento realizado pelas estagiárias do local supracitado.

Entretanto, foram excluídas mulheres vítimas que, apesar de terem sido encaminhadas ao Setor de Psicologia do CEJUSC, não aceitaram realizar o atendimento com as estagiárias. Excluem-se também casos que não se configuram como violência doméstica.

Procedimentos

Em primeiro momento, a partir da realização de leituras e pesquisas acerca da temática, fora construído um projeto de aplicação de extensão universitária para aprovação de professora supervisora, bem como, do responsável pelo local, contendo as propostas de atividades a serem realizadas. Após a autorização, realizou-se o levantamento dos casos aguardando para atendimento pelo Setor de Psicologia do CEJUSC, isto é, processos englobando situações de violência doméstica em remessa via Projudi (Processo Eletrônico do Judiciário do Paraná) ao referido setor.

Devido ao cenário pandêmico vivenciado atualmente estes foram realizados prioritariamente de maneira virtual por ligação de vídeo, seguindo as diretrizes estabelecidas pelas resoluções nº 11/2018 e nº 04/2020 do Conselho Federal de Psicologia (CPF). Por tratar-se de denúncias de violência doméstica, previamente à realização do atendimento, eram efetuados contatos telefônicos com as vítimas, visando identificar se as mesmas se encontrariam em situação de risco no momento do contato, isto é, se domiciliavam-se na mesma residência que o agressor. Ao serem identificadas situações de risco, os atendimentos eram agendados de maneira presencial nas dependências do CEJUSC da comarca de União da Vitória, respeitando as orientações de órgãos de saúde para a prevenção do COVID-19.

Ainda no contato inicial por telefone, eram verificados com a vítima se a mesma possuía interesse no atendimento por meio da modalidade de aconselhamento

psicológico. Havendo o aceite, os atendimentos eram agendados e as mulheres orientadas acerca da importância do mesmo ser realizado em ambiente privado.

Os atendimentos tiveram início no mês de março e foram encerrados no mês de junho do corrente ano, sendo que para fins estatísticos desta pesquisa foram utilizados dados de atendimentos realizados até 31 de maio de 2021. Dentre as principais técnicas utilizadas durante os atendimentos, citam-se o acolhimento, a orientação, a psicoeducação acerca da violência ocorrida e a validação das falas das atendidas, sendo posteriormente encaminhadas para acompanhamento psicoterápico gratuito pela clínica-escola do Centro Universitário do Vale do Iguaçu (UNIGUAÇU) caso se verificasse a necessidade, bem como, caso houvesse interesse no atendimento por parte da vítima.

Após a realização do atendimento, eram confeccionados relatórios para fins estatísticos, sendo os dados de identificação das partes ocultados a fim de garantir o sigilo do atendimento.

Análise de resultados

Para o levantamento dos dados, foram analisados os relatórios de atendimentos confeccionados ao longo da atuação, bem como, os documentos disponíveis nos processos eletrônicos referente às denúncias de violência doméstica, tais como o Boletim de Ocorrência, após prévia autorização do magistrado local e coordenador do CEJUSC. Para melhor compreensão dos dados, foi criada uma base de dados informatizada, na qual foram transferidas as informações obtidas; essa base construiu-se utilizando o programa Excel, de forma online através das Planilhas do Google, após tabuladas as informações, criaram-se gráficos para melhor visualização das estatísticas estabelecidas a partir das análises realizadas.

Esse estudo gerou um conhecimento composto por 4 classes temáticas, distribuídas em 16 categorias e 75 subcategorias como demonstrado na Tabela I. Os relatos utilizados na discussão de resultados foram retirados dos atendimentos realizados, respeitando o caráter sigiloso dos dados de identificação das vítimas.

Tabela 1 – Distribuição em categorias do conteúdo analisado

CLASSE TEMÁTICA	CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS
		Vara criminal

QUESTÕES GERAIS ACERCA DO PROCESSO	ORIGEM DO PROCESSO	Delegacia da mulher Procura espontânea Vara da Infância e da Juventude CEJUSC
	QUANTOS PROCESSOS	Recebidos Negados Impossibilidade de contato
	MODO DE ATENDIMENTO	Virtual Presencial Virtual e presencial
A MULHER VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	CIDADE ONDE RESIDE	Porto Vitória – PR Porto União – SC União da Vitória – PR Bituruna – PR Porto Vitória – PR Paula Freitas – PR Bombinhas – SC General Carneiro – PR Cruz Machado – PR Pontal do Paraná – PR Mallet – PR
	ÁREA ONDE RESIDE	Urbana Rural
	IDADE DA VÍTIMA	Menor de 18 anos 19 - 30 anos 31 - 40 anos 41 – 50 anos 51 – 60 anos Acima de 60 anos Não consta
	SITUAÇÃO OCUPACIONAL	Trabalha Não trabalha
		Marido Ex-marido Namorado Ex-namorado Genro Tio

QUESTÕES ACERCA DA VIOLÊNCIA	AGRESSOR	Irmã Filho Ex-padrasto Ex-marido Sobrinho Tia Nora Cunhado
	TIPO DE VIOLÊNCIA	Psicológica Física Moral Patrimonial Sexual
	SITUAÇÃO ATUAL DO RELACIONAMENTO	Reatou Não reatou
	TEMPO DE RELACIONAMENTO	Menos de 6 meses 6 meses a 1 ano 1 a 3 anos 3 a 5 anos 6 a 10 anos Mais de 10 anos Não consta Não se aplica
	MOTIVAÇÃO DA VIOLÊNCIA	Término de relacionamento Ciúmes Álcool e outras drogas Discussões Não consta Não se aplica
ENCAMINHAMENTOS REALIZADOS	DUAS CASAS	Sim Não
	PRIMEIRO PASSO	Sim Não
	ACOMPANHAMENTO PSICOLÓGICO	Sim Não

Fonte: As autoras, 2021.

4 RESULTADOS

A partir dos dados coletados, foram realizadas análises a respeito das informações contidas nos relatórios confeccionados pelas extensionistas, assim como foram também utilizados dados presentes nos processos iniciais encaminhados as mesmas para os devidos atendimentos. Tais dados foram utilizados mediante necessidade.

No geral, foram encaminhados para acolhimento psicológico, 163 processos referentes à violência doméstica, destes, 96 atendimentos foram realizados e finalizados servindo como amostra para o presente estudo, 32 foram negados, havendo contato com a vítima, mas recusa ao atendimento e 35 não ocorreram por impossibilidade de contato.

Sobre os atendimentos negados, Jong, Sadala e Tanaka (2008, p.745) citam que “no Brasil, pesquisas apontam a subnotificação da violência contra a mulher: as mulheres recusam-se a utilizar os recursos legais para defender-se do agressor. E quando o fazem, desistem da denúncia”, os autores complementam expressando a ideia de que as mulheres, mesmo com o apoio institucional que lhes é ofertado, recusam-se a defender-se da agressão cometida.

A origem dos processos se deu em 6 diferentes âmbitos: 76 deles foram encaminhados pela Vara Criminal, 17 pela Delegacia da Mulher, 1 se deu por procura espontânea da vítima, 1 pela Vara da Infância e da Juventude e 1 pelo próprio CEJUSC.

Dos 96 atendimentos realizados, 74,7% deles foram efetuados de forma virtual através de chamada de vídeo via *Whatsapp*, 24,2% foram realizados nas dependências do CEJUSC, situado na Comarca de União da Vitória – PR, e 1,1% foi realizado de forma virtual e presencial motivado pela especificidade da demanda.

Em relação às vítimas, 83,3% delas residiam, no momento do atendimento, em espaços urbanos, 16,8% em espaços rurais, das cidades, 4 residiam em Porto Vitória – PR, 5 residiam em Porto União – SC, 65 em União da Vitória – PR, 4 em Bituruna, 3 em Paula Freitas – PR, 1 em Bombinhas, 4 em General Carneiro – PR, 8 em Cruz Machado – PR, 1 em Pontal do Paraná – PR, e 1 em Mallet – PR.

A grande quantidade de atendimentos realizados com mulheres residentes de União da Vitória – PR deve-se ao fato do referido CEJUSC estar situado nesta região,

tal informação também deve ser considerada acerca da menor quantidade de mulheres residentes nas demais cidades citadas. Cabe ressaltar que as cidades aqui mencionadas são aquelas nas quais as mulheres residiam no momento dos atendimentos, informações essas contidas nos relatórios analisados.

As vítimas possuíam, no momento da intervenção, diferentes idades, para a análise foram criadas categorias, a maioria das mulheres (34,7%) possuía de 19 à 30 anos de idade, 26,3% possuíam de 31 à 40 anos, 22,1% possuíam de 41 à 50 anos, 5,3% de 51 à 60 anos, 5,3% possuíam idade acima de 60 anos, a minoria (4,2%) possuía idade abaixo de 18 anos, e 2,1% da amostra utilizada não constava a idade da vítima. No momento do atendimento, 47,7% das mulheres declararam estar trabalhando, 41,1% declararam não trabalhar e 11,6% das vítimas não relataram, não constando assim tal informação nos documentos utilizados para a análise.

Na condição de agressor há uma grande variabilidade, entretanto, em 39 casos a agressão foi realizada pelo ex-marido, ou seja, no momento da violência o casal já não estava mais junto, em 32 dos casos o agressor foi o marido, havendo um laço conjugal enquanto ocorriam as violências, 8 dos casos o agressor foi identificado como ex-namorado, e em 4 dos casos como namorado, seguindo a mesma regra citada acima com relação aos maridos. Percebe-se que em sua grande maioria (83,45%) os agressores eram indivíduos com quem as mulheres tinham ou tiveram algum tipo de relação conjugal.

Outros familiares também foram, em menor escala, apontados como responsáveis pela agressão: 2 casos de genro; 3 casos de tio; 1 caso de irmã; 5 casos de filho; 1 caso de ex-padrasto; 1 caso de sobrinho; 1 caso de tia; 1 caso de nora; 1 caso de cunhado.

Acerca dos tipos de violência vivenciados pelas mulheres atendidas, 25,1% relata violência física, 28,3% violência moral; 35,4% violência psicológica; 9% violência patrimonial; e 2,2% relatam violência sexual. Faz-se importante ressaltar que, em 41 casos a violência física foi acompanhada de violência psicológica, assim como, 44 casos possuem três ou mais tipos de violência associada.

Sobre os motivos que levaram a ocorrência das violências, a não aceitação do término por parte do homem foi a causa principal em 31,8% dos casos; discussões constituem 15,4%; álcool e outras drogas 19,5%; ciúmes 19,5%; Em 8,1% dos casos

analisados tais dados não constam e em 5,7% não se aplicam por não se tratarem de violência doméstica em decorrência de conflitos conjugais.

Com relação ao tempo de relacionamento entre agressor e vítima, 3,2% relacionou-se por menos de 6 meses, 7,4% de 6 meses a um ano, 5,3% de um a três anos, 15,8% de três a cinco anos, 14,7% de cinco a dez anos, 36,8% mais de dez anos; e em 4,2% do conteúdo analisado essa informação não constava, assim como, em 12,6% dos casos essa análise não se aplicava, pois não se tratava de violência doméstica praticada dentro da relação conjugal. Sobre a situação atual do relacionamento entre agressor e vítima, 70,5% não reatou o relacionamento, 17,9% reatou e 11,6% dos casos analisados tal hipótese não se aplicava.

Por fim, dos encaminhamentos realizados após o acolhimento psicológico realizado pelas extensionistas, 9 mulheres (9,5%) foram encaminhadas para o “Projeto Duas casas” ofertado pelo CEJUSC referente a situações envolvendo alienação parental de menores, 50 mulheres (52,6%) foram encaminhadas para o “Projeto Primeiro Passo” destinado a mulheres vítimas de violência; e 37 mulheres (38,9%) foram encaminhadas para acompanhamento psicológico.

5 DISCUSSÃO

No presente estudo evidenciou-se que, entre as vítimas atendidas, a maioria era jovem, entre 19 e 30 anos de idade e grande parte delas (41,7%) declaravam não trabalhar. Em relação ao agressor, 83,5% sofreram violência pelo cônjuge ou ex-cônjuge, incluindo aqui namorados e ex-namorados. Watts; Zimmerman (2002 *apud* Boing; *et. al*, 2009, p.249) citam que “as agressões perpetradas pelo parceiro íntimo são mundialmente reconhecidas como uma das formas mais comuns de violência contra a mulher”.

Dentre as violências sofridas, a violência psicológica foi aquela mais citada (35,4%), há relatos como: “*ele me xingava de vagabunda*”; “*ele disse que preferia uma mulher mais encorpada, que tivesse mais peito e bunda*”; “*ele falava que ia me matar e depois iria se matar*”. A violência moral foi a segunda mais recorrente (28,3%) e a física logo em seguida (25,1%) “*ele quase me matou na frente da minha filha de quatro anos e não parou nem com ela pedindo*”, “*ele disse ‘hoje é teu fim, eu só voltei para te matar’*”; “*tentou me estrangular, quase me matou*”. A violência sexual, apresentada

em 5 casos (2,2%), aparece em menor escala, mas não deixa de ser impactante, segundo relato *“várias vezes já aconteceu de me forçar a ter relações sexuais com ele, eu sentia nojo”*. Nota-se também a grande quantidade de violências apresentadas de forma agrupada, em 74 dos 96 casos, apresentou-se mais de uma forma de violência.

Sobre isso, Minayo e Sousa (1994) apontam relações de poder dentro dos lares, pois o homem que é dotado fisicamente e socialmente de mais poder, usa-o como instrumento para dominar os demais membros da família. No estudo de Costa; Nascimento e Serafim (2015, p.553), a violência psicológica também é apontada como predominante na amostra analisada pelos autores, *“geralmente a primeira a acontecer quando causada por um ente familiar da vítima, tornando-se contínua, embora menos percebida pela sociedade porque a mais divulgada pelos meios de comunicação é a violência sexual”*.

As violências conjugais analisadas foram motivadas em sua grande maioria por não aceitação do término, ciúmes, discussão e uso de álcool e outras drogas por parte do agressor; dados esses confirmados também por relatos como *“deixei de estudar, pois ele tinha ciúmes de eu ir para a escola”*; *“tudo era motivo de brigas”*; *“Eu não fiquei tão mal por ele ter me traído, porque sei que a culpa é minha, ele avisou que ia fazer isso porque eu tava trabalhando muito e não dava tanta atenção pra ele”*. Barroso (2008, p.6), confirma em seu estudo que *“nos Institutos de Medicina Legal de Coimbra e do Porto, a principal causa percebida pelas vítimas como despoletadora da agressão é o sentimento de ciúme (53,7%)”*. Boing, *et. al* (2009), citam que o agressor costuma justificar sua atitude colocando a culpa em outras pessoas, retirando assim a sua responsabilidade.

O papel do álcool pode ser um desinibidor e isso pode então contribuir para a eclosão da violência, a ingestão de bebidas alcoólicas pode servir também como desculpa para amenizar o julgamento social além de ser uma possível forma de mascarar uma personalidade impulsiva. (BOING; *et. al*, 2009).

A maior parte das mulheres analisadas cita não ter reatado o relacionamento (70,5%), entretanto, 17,9% reatou, relatos como: *“eu aprendi a lidar com ele, frente as violências, é só não revidar”*; *“ainda me sinto insegura e apreensiva em relação a ele, tenho medo que ele fique violento de novo”* ou afirmações como *“ele estava nervoso, não é disso”*; demonstram uma ambiguidade nos sentimentos despertados nessas

mulheres com relação ao ocorrido. Jong; Sadala; Tanaka (2008) citam que nesses casos ainda há uma afetividade que levou a mulher à aproximação com este homem que a agrediu, com o qual muita das vezes possui filhos, de certa forma elas ainda se sentem ligadas a eles, há um despertar de sentimentos conflituosos.

Como relatado inicialmente, 32 atendimentos foram negados, sobre isso:

A trajetória da denúncia à desistência pode ser compreendida percebendo-se a sua realidade existencial, como ela a vive: ela conscientiza-se, após a tentativa de avançar na sua autonomia, de que a mesma não se encontra ao seu alcance. Continuar o processo de denúncia do agressor, na sua percepção, seria mais complexo e difícil, talvez inviável, em relação à realidade da violência, que é a sua realidade. (JONG; SADALA; TANAKA, 2008, p.747).

Ao analisar o tempo dos relacionamentos, percebe-se que a maioria estava em um relacionamento duradouro, sendo que 36,8% estavam com o cônjuge a mais de dez anos. A permanência em um relacionamento violento, segundo Barroso (2008), se dá por diversos motivos, mas muitas das vezes envolve o medo de ser julgada; a perda de suporte financeiro, pois grande parte das mulheres depende financeiramente do marido; a dependência emocional, a esperança de que o companheiro mude; entre outros.

Com referência às manifestações psicoafetivas das mulheres agredidas, há sentimentos contraditórios, *“ele me agrediu e eu fiquei surpresa, porque sempre estive ao lado dele tentando ajudar”*; *“eu estou com depressão, ele fez da minha vida um inferno”*; *“eu me sinto insegura e apreensiva”*; *“eu sentia muito medo”*; *“eu amo ele, mas não posso ajudar”*; além disso, percebe-se uma constante insegurança *“eu tenho muito medo do que pode acontecer”*; muitas vezes motivadas por ameaças de quem as machucou *“eu não sei o que ele pode fazer”*; *“ele é fora de si”*.

A partir da análise das situações e das várias necessidades apresentadas pelas mulheres, foram realizados encaminhamentos para atendimento psicológico, assim como para grupos destinados às mulheres vítimas de violência, grupo esse que ocorre no mesmo CEJUSC em que foram realizados os atendimentos. O intuito é que com o fortalecimento da rede de apoio, tais mulheres possam reconstruir suas vidas e seguir em frente da melhor forma possível, levando em consideração em primeiro lugar a sua saúde mental.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Segundo Pinafi (2006) é possível observar o quanto se faz necessário o acolhimento para mulheres vítimas de violência doméstica, visto que há uma grande dificuldade em buscar ajuda, e ao procurar auxílio, encontram-se outras diversas barreiras que limitam, envergonham e coagem. Tendo em vista os aspectos observados durante todo este trabalho, conseguimos mensurar a luta que as mulheres enfrentam para saírem de relacionamentos tóxicos e infrutíferos e constatar como também dificultoso a vida após o término, considerando as diversas situações conflituosas que as mesmas podem encontrar em busca de novas direções para suas vidas, em muitas situações os diversos tipos de dependências se sobressaiam aos abusos e impediam que as mulheres se livraram de seus agressores.

No presente estudo pode-se observar dentre os 96 atendimentos realizados, que a falta de informação ainda é um agravante complexo. Para Faria e Stein (2015) às agressões muitas vezes são acompanhadas por falsas ameaças legais, onde o agressor utiliza da falta de conhecimento da vítima para coagi-la e tentar inibir a reação da mesma para com as violências que vem sofrendo, ameaçando deixar a vítima desamparada financeiramente, retirar bens que pertencem ao casal, ou até mesmo retirar a guarda dos filhos como visto nos relatos, “*ele diz que se eu não voltar para ele, ele não vai deixar eu ver meu filho (SIC)*”.

Com o exemplo acima é possível concluir que é necessário investir no apoio e no acompanhamento às vítimas de violência doméstica, a fim de fornecer informação e cuidado, incentivando e favorecendo a mudança, compreendendo suas vivências e respeitando acima de tudo as suas escolhas, garantindo a proteção e os direitos contra todo e qualquer abuso, como observado durante todo o trabalho, a necessidade de informação para as mulheres também se faz evidente, muitas buscam ajuda por não conhecerem seus direitos ou se sentirem incapazes de reagir aos abusos.

Segundo Martins e Nascimento (2017) a rede de apoio multidisciplinar que recebe os casos, busca em equipe entender sua complexidade e subjetividade de cada situação, a fim de desmentir e acalmar mulheres que muitas vezes deixam de realizar as denúncias por medo das consequências. A participação da equipe de apoio se faz necessário visto a complexidade encontrada na demanda, como observado durante este trabalho, a dificuldade de adesão das mulheres que já passaram pela

violência doméstica é muito grande, criando dificuldades para atingir com objetividade o público alvo.

O fenômeno da violência doméstica não deve ser compreendido em nível individual ou isolado, mas sim trabalhado de forma ampla, sendo uma questão de direito humano. Os abusos que a violência engloba vão além da degradação da dignidade da vítima, eles rompem sonhos e acabam com a esperança de uma vida feliz e realizada, na maioria das vezes deixam sequelas não apenas visíveis fisicamente, mas também emocionais e psicológicas. Com isso, é fundamental que toda a sociedade em conjunto com os órgãos públicos, sejam uma rede de apoio a fim de auxiliar mulheres vítimas de violência doméstica a criarem novos projetos e sonhos de vida (MARTINS; NASCIMENTO, 2017).

REFERÊNCIAS

AZAMBUJA, M. P. R.; NOGUEIRA, C.- **Introdução à violência contra as mulheres como um problema de direitos humanos e de saúde pública** – Vol.17 – São Paulo, 2008.

BRASIL, Conselho Nacional do Ministério Público. – **Violência contra a mulher: um olhar do Ministério Público Brasileiro** – CNMP. – Brasília, 2018.

BARROSO, Z. Violência nas relações amorosas. *In: VI Congresso português de sociologia*. Lisboa, 2008. Disponível em:
<https://www.researchgate.net/profile/Henrique-Pereira/publication/273191949_Date_Rape_Prevalence_and_Attitudes_among_Portuguese_University_Students/links/561c0a2708ae6d17308b0eb8/Date-Rape-Prevalence-and-Attitudes-among-Portuguese-University-Students.pdf> Acesso em: jun. 2021.

BOING, A. F. et. al. A dinâmica da violência doméstica: uma análise a partir dos discursos da mulher agredida e de seu parceiro. **Rev. Soc.** São Paulo, v.18, n.2, p.248-258, 2009. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sausoc/a/XfD6n8JShSTtKH9bJdqQx7B/?format=pdf&lang=pt>
Acesso em: jun. 2021.

BORDÃO, E. L; ALVES, M. S. A necessidade do atendimento psicológico de plantão dentro das Delegacias de Defesa da Mulher. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 4, p. 4120-4128, 2019. Disponível em:
<<https://www.brazilianjournals.com/index.php/BRJD/article/view/1597/1472>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

CANALLI, K; ALMEIDA, V. D. S. de; MENDES, J. P. S. **O Plantão Psicológico como meio de promoção dos direitos da mulher: um relato de experiência de estágio em uma vara criminal na região metropolitana de Curitiba**. II Congresso Brasileiro de

Psicologia da FAE, p, 261-270, 2018. Disponível em:
<<https://cbpsifae.fae.edu/cbpsi/article/view/66>>. Acesso em: 07 de março de 2021.

COSTA, M. S; SERAFIM, M. L. F; NASCIMENTO, AissaRomina Silva do. Violência contra a mulher: descrição das denúncias em um Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Cajazeiras, Paraíba, 2010 a 2012. **Rev. Epidemiol. Serv. Saúde**. Brasília, v.24, n.3, p.551-558, jul-set 2015. Disponível em:
<https://www.scielo.org/pdf/ress/2015.v24n3/551-558/pt> Acesso em: jun 2021.

EINHARDT. A. SAMPAIO. S. S. – Violência doméstica contra a mulher – com a fala, eles, os homens autores da violência. – **Serv. Soc. No.138** – São Paulo, 2020

ECHEVERRIA, J. G. M; OLIVEIRA, Maria Helena Barros de; ERTHAL, Regina Maria de Carvalho. **Violência doméstica e trabalho**: percepções de mulheres assistidas em um Centro de Atendimento à Mulher. Saúde em Debate. Rio de Janeiro, 2017, v. 41, n. spe2. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-11042017S202>>. Acesso em: 13. jun. 2021.

FARIA, C. C.; STEIN, S. C. O.; **Grupo de atendimento social para mulheres em situação de violência doméstica e/ou familiar: trabalhando a autonomia econômica e financeira**. In: VII Jornada Internacional Políticas Públicas, 2015. São Luís. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2015/pdfs/eixo7/grupo-deatendimento-social-para-mulheres-em-situacao-de-violencia-domestica-e-ou-familiar-trabalhando-a-autonomia-economica-e-financeira.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2021.

FARINHA, M. G; SOUZA, T. M. C. Plantão psicológico na delegacia da mulher: experiência de atendimento sócio-clínico. **Revista da SPAGESP**, Ribeirão Preto, v. 17, n. 1, p. 65-79, 2016. Disponível em
<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-29702016000100007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 07 de março de 2021.

FOLLADOR, K. J. – A mulher na visão do patriarcado brasileiro: uma herança ocidental. **Rev. Fato&versões**, nº2 v.1– 2009

FONSECA, P. M. da; LUCAS, T. N. S. **Violência doméstica contra a mulher e suas consequências psicológicas**. Trabalho de Conclusão de Curso. Salvador, 2006. Disponível em: <<http://newpsi.bvs-psi.org.br/tcc/152.pdf>> Acesso em: 13. jun. 2021.

GIMENEZ, C. P. C.; ANGELIN, R. – **O conflito entre direitos humanos, cultura e religião sob a perspectiva do estupro contra mulheres no Brasil**. – Direito em Debate – Revista do departamento de Ciência Jurídicas e Sociais da Unijuí – 2017.

GRUNNAGEL, C. WIESER. D. – “Falar que não existe machismo... Claro que existe!: entrevista com Carola Saavedra. – **Estud. Lit. Bras. Contemp. No. 45** – Brasília, 2015

GUIMARÃES M. C.; PEDROZA R. L. S.; **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas**. – Vol. 27 – Belo Horizonte, 2015.

HELOANI, R. – Assédio moral – um ensaio sobre a expropriação da dignidade no trabalho. **ERA electrónico. Vol.3. no.1** – São Paulo, 2004.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. – *Atlas da Violência* – 2020.

JONG, L.C; SADALA, M. L. A; TANAKA, A. C. D'A. Desistindo da denúncia ao agressor: relato de mulheres vítimas de violência doméstica. **Rev. Esc. Enferm. USP.** São Paulo, v.42, n.4, p.744-751, 2008. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/reeusp/a/7CsRnQPMTZHngsX8fqf5cNB/?lang=pt&format=pdf>

Acesso em: jun. 2021.

LATIERRE, A; NAKANO, A. M. S. **Violência doméstica**: as possibilidades e os limites de enfrentamento. **Rev. Latino-Am. Enfermagem.** São Paulo, 2011.

Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rlae/a/hyVLrCKKnD8hShzkcrHgCLH/?lang=pt&format=pdf>>.

Acesso em: 13 jun. 2021.

LOURENÇO, N.; LISBOA, M.; PAIS, E. – *Violência Contra as Mulheres – Comissão Para a Igualdade e Para os Direitos das Mulheres* – Portugal, 1997.

MAHFOUD, M. et al. Plantão psicológico na escola: presença que mobiliza. In: MAHFOUD, M. et al. (Org.). **Plantão psicológico: novos horizontes.** 2ª ed. São Paulo: Companhia Ilimitada, 2012, p. 45-95.

MARTINS, A. G.; NASCIMENTO, A. R. A.; **Violência doméstica, álcool e outros fatores associados: uma análise bibliométrica.** 2017. Rio de Janeiro. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672017000100009&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 14 jun. 2021.

MINAYO, M. C. de S. A violência social sob a perspectiva de saúde pública. **Cad. Saúde Públ.** Rio de Janeiro, v.10, p.07-18, 1994. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/csp/a/dgQ85GcNMfTCBByHzZTK6CM/?lang=pt&format=pdf>

Acesso em: jun. 2021.

MOREIRA, S. N. T. et al. – **Violência física contra a mulher na perspectiva de profissionais de saúde** - Revista de Saúde Pública – Vol.42 – São Paulo, 2008

OLIVEIRA, E. M. et al. – **Atendimento às mulheres vítimas de violência sexual: um estudo qualitativo.** Departamento de medicina preventiva. Universidade Federal de São Paulo. – São Paulo, 2005

OLIVEIRA, L. L. – **A mulher sujeita à violência masculina**: representação social de sua identidade. – Universidade Federal do Ceará. – Fortaleza, 2001

OPAS (Organização Pan-Americana da Saúde) – *Folha informativa -Violência contra as mulheres-* Folhainformativa atualizada em novembro de 2017.

PAPARELLI, R. B; NOGUEIRA-MARTINS, M. C. F. **Psicólogos em formação: vivências e demandas em plantão psicológico.** Psicologia, ciência e profissão, Brasília, v. 27, n. 1, p. 64-79, Mar. 2007. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932007000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 03 de março de 2021.

PEREIRA, C. B. R. et al. – O fenômeno da violência patrimonial contra a mulher: percepções das vítimas. **Rev. Brasileira de Economia Doméstica**, V.24, n.1 – Viçosa, MG, 2013

PINAFI, T.; **Violência contra a mulher: políticas públicas e medidas protetivas na contemporaneidade**. 2006. São Paulo. Disponível em: <http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao21/materia03/texto03.pdf>. Acesso em: 15jun. 2021.

Presidência da República, Secretária-Geral, Subchefia para Assuntos Jurídicos – LEI Nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm acesso em: 09/2020.

SAGIM, M. B. **Violência doméstica observada e vivenciada por crianças e adolescentes no ambiente familiar**. Universidade de São Paulo. Tese de doutorado. Ribeirão Preto, 2008. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/59/59137/tde-09092008-141033/publico/MIRIAN_BOTELHO_SAGIM.pdf> Acesso em: 13 jun. 2021.

SCHRAIBER, L. B. et al. – Violência dói e não é direito: a violência contra a mulher, a saúde e os direitos humanos. – **Editora UNESP, 183 p.** – São Paulo, 2005.

SCORSOLINI-COMIN, F. **Plantão psicológico e o cuidado na urgência: panorama de pesquisas e intervenções**. Bragança Paulista: **Psico-USF**, Itatiba v. 20, n. 1, p. 163-173, 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712015000100016&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 03 de março de 2021.

SILVA, A. J. H. – **Metodologia de Pesquisa: Conceitos Gerais** – Unicentro, PR - 2014.

SILVA, L. L.; COELHO, E. B. S.; CAPONI, S.N.C. – **Violência silenciosa: violência psicológica como condição da violência física doméstica** – Florianópolis, Santa Catarina, 2007.

SILVA, S. G. – **Preconceito e discriminação: as bases da violência contra a mulher**. – Vol.30 – Brasília, 2010.

VIEIRA, L. B.; CORTES, L. F.; PADOIN, S. M.; **Abuso de álcool e drogas e violência contra as mulheres: denúncias de vividos**. 2014. Rio de Janeiro. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/reben/a/nWWrNQSndq7QcSQBTnnytrG/?lang=pt&format=pdf> . Acesso em: 14 jun. 2021.